RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2013 - 2014









SUMÁRIO

I. APRESENTAÇÃO4				
II.	II. REVISÃO DOS INSTRUMENTOS DO MARCO REGULATÓRIO DA POLÍTICA URBANA 8			
	1.	O novo Plano Diretor Estratégico de São Paulo – PDE	10	
	2.	Processo de Revisão Participativa da Lei de Uso e Ocupação do Solo - LPUOS	11	
	3.	Processo de Revisão Participativa dos Planos Regionais das Subprefeituras - PRS	13	
III	. ES7	TRUTURAÇÃO DE PLANOS E PROJETOS URBANOS NO TERRITÓRIO	16	
	1.	Macroárea de Estruturação Metropolitana – Arco do Futuro	17	
	2.	Articulação de Políticas Públicas no Território: Redes Estruturantes	23	
IV. SUBSÍDIOS AO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS E PLANOS URBANOS			32	
	1.	Política de Informação e Estudos Urbanos	33	
	2.	Inovação e Modelagens para Estruturação de Projetos	35	
	3.	Fomento a Pesquisas: Aprimoramento, Inovação e Difusão da Política Urbana	36	
	4.	Ensaios Metodológicos de Projetos Urbanos	38	
V. MODERNIZAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA URBANA4				
	1.	Gestão democrática e processos participativos: Ampliação e Inovação	44	
	2.	Política de Terras: Implementação integrada ao desenvolvimento urbano	49	
	3.	Gestão das Operações Urbanas: Integração na Política Municipal	52	
	4.	Gestão Interna e Melhoria dos Processos de Trabalho	53	

I. APRESENTAÇÃO

O presente relatório contém um balanço das atividades desenvolvidas pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano – SMDU e pela SP-Urbanismo, durante o primeiro biênio da atual gestão.

Entre as principais atribuições da SMDU está a de realizar um processo contínuo de acompanhamento, avaliação e aprimoramento da legislação relativa ao planejamento urbano do Município de São Paulo; é ainda da competência da Secretaria o desenvolvimento dos mecanismos e modelos mais adequados para a viabilização e implementação de projetos, em relação aos conteúdos programáticos da política urbana expressa na legislação urbanística, mediante parcerias com outras esferas de governo e com a iniciativa privada.

A participação ativa de SMDU durante a elaboração do Programa de Metas desta gestão foi fundamental para a construção de uma visão estratégica no planejamento das ações gerais do Governo, através da associação das metas previstas à sua dimensão territorial. As cinco articulações territoriais que organizam as ações de todas as pastas da prefeitura traduzem e consolidam o modelo de desenvolvimento urbano proposto para São Paulo, possibilitando o enfrentamento das enormes desigualdades socioterritoriais existentes no município de forma transversal e orgânica.

Devido às suas atribuições características de *secretaria-meio*, das 123 metas estabelecidas pelo Programa de Metas 2013-2016, apenas sete são de responsabilidade direta da SMDU; sendo a primeira peça fundamental da política urbana já cumprida: a revisão participativa do Plano Diretor Estratégico, aprovado na Câmara Municipal e sancionado em julho de 2014. No entanto, no que tange à execução de suas competências na integração dos projetos dos diversos órgãos da administração relacionados ao desenvolvimento urbano, SMDU responde indiretamente por 68% das metas do Programa.

O desafio colocado pelas metas da nova gestão exigiu o aperfeiçoamento da estrutura de SMDU e a reorganização de suas equipes, eliminandose sobreposições de competências entre assessorias e departamentos e melhorando a efetividade de suas ações. A nova estrutura organizacional, regulamentada pela Lei 15.764/2013, cria cinco assessorias que atuam de forma transversal aos demais departamentos que compõem a Secretaria, com o que se pretendeu, além de uma maior integração entre as áreas, fortalecer a articulação das diretrizes das ações estratégicas da Secretaria. Assim, além da Chefia de Gabinete e da Assessoria Jurídica, integram o Gabinete do Secretário a Assessoria de Participação Popular e Comunicação, a Assessoria de Relações Institucionais, a Assessoria de Pesquisa Aplicada e Fomento e a Secretaria Executiva dos Órgãos Colegiados.

Ainda durante a reforma administrativa realizada na Secretaria, foi criado o Departamento de Controle da Função Social da Propriedade – DCFSP, cuja atribuição é a de fazer valer os instrumentos de indução

do desenvolvimento urbano previstos no Plano Diretor, garantindo o cumprimento de um dos objetivos estruturantes da política urbana: a função social da propriedade. Neste sentido, a transferência, em fevereiro de 2014, do Departamento de Gestão do Patrimônio Imobiliário – DGPI e da Comissão do Patrimônio Imobiliário do Município de São Paulo – CMPT de SEMPLA para SMDU vem a propiciar, de um lado, as bases necessárias para viabilizar a indução de diretrizes da política de terras integrada ao desenvolvimento urbano e, de outro, a ampliação das competências da Secretaria na articulação de políticas setoriais no território.

Ao todo, as equipes de SMDU e SP-Urbanismo reúnem 250 servidores e 72 funcionários, com grandes desafios a serem enfrentados nos próximos dois anos de gestão. Além da entrega da Minuta Participativa da Revisão da Lei de Uso e Ocupação do Solo para apreciação na Câmara Municipal ainda no primeiro semestre de 2015 (Meta 121), estão na pauta a consolidação e implantação de projetos urbanos como o de Requalificação da Área Central (Meta 72), a implementação do programa Território CEU e a elaboração dos Planos Regionais das Subprefeituras (Meta 122). O processo de construção de todos estes projetos para a cidade está amparado, desde 2013, por uma nova plataforma virtual – o http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br - um canal aberto entre o poder público e a sociedade que permite a comunicação e a participação da população na formulação das políticas urbanas e no acompanhamento da implementação dos projetos urbanos derivados.

Os capítulos subseqüentes deste relatório buscam apresentar uma síntese das ações realizadas por SMDU e SPUrbanismo desde o início da atual gestão, trazendo à tona seu comprometimento com o projeto de cidade pactuado com a população durante a elaboração participativa do Programa de Metas.

II. REVISÃO DOS INSTRUMENTOS DO MARCO REGULATÓRIO DA POLÍTICA URBANA

A revisão da Lei Municipal 13.430/02 que instituiu o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo é uma das metas do Programa de Metas que está sob responsabilidade direta de SMDU (Meta 120). Após intenso processo participativo, o Projeto de Lei do Plano Diretor (PDE) foi enviado à Câmara Municipal onde, objeto de amplo debate democrático, foi aprovado e consolidado na Lei Municipal 16.050, sancionada pelo Prefeito em julho de 2014.

Como se verá ao longo deste relatório, mais do que uma das principais metas da gestão, o novo PDE e, sobretudo, todo o processo de revisão da Lei, constituiu o programa fundamental da política urbana para nortear o desenvolvimento das ações futuras a serem empreendidas.

Iniciada ainda em 2013, a importância da tarefa mobilizou toda a Secretaria e pôs à prova sua nova estrutura; as principais premissas adotadas para a revisão do PDE foram mote para a instituição de Grupos de Trabalho Intersecretariais coordenados pela equipe do Departamento de Urbanismo – DEURB; operou-se também o fortalecimento e instituição de novos canais de participação social e democratização dos processos decisórios. As questões surgidas ao longo do processo, e as inovações que o novo Plano pretendia instituir, foram objeto de análises, modelagens e investigações que subsidiaram a elaboração de importantes diretrizes de ordenação territorial, assim como o aperfeiçoamento e proposição de novos instrumentos urbanísticos.

Dando seqüência a este processo, SMDU deve realizar ainda a revisão de outras peças importantes do Marco Regulatório da Política Urbana, entre as quais, a Lei de Uso e Ocupação do Solo, em processo de finalização, e os Planos Regionais das Subprefeituras, já iniciada.

Por sua natureza, as mudanças instituídas por cada um destes instrumentos não serão percebidas de imediato; mais que isso, a realização dos objetivos de longo prazo dependem, em grande medida, de sua apropriação pela população. Neste sentido, o fortalecimento dos processos participativos durante a revisão do conjunto da legislação urbanística sob responsabilidade de SMDU tem buscado criar as condições e os espaços que venham a garantir sua aplicação efetiva e, sobretudo, contínua.

O novo Plano Diretor Estratégico de São Paulo – PDE

O Novo Plano Diretor da cidade de São Paulo (Lei Municipal 16.050/2014) foi aprovado no dia 30 de junho de 2014 e sancionado em 31 de julho pelo Prefeito Fernando Haddad.

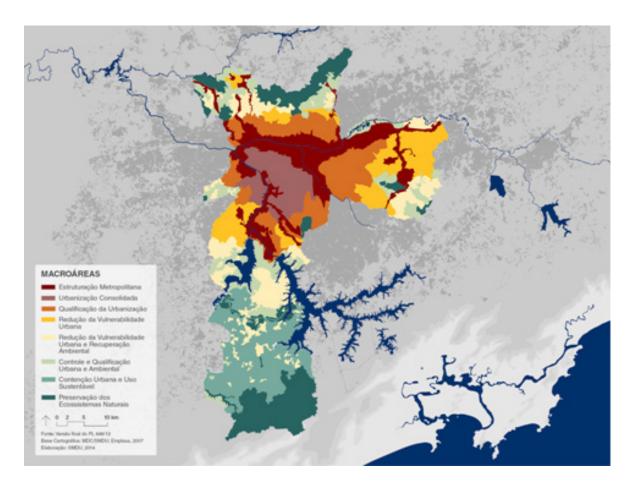
O principal objetivo do novo PDE é humanizar e reequilibrar São Paulo, aproximando moradia e emprego e enfrentando as desigualdades socioterritoriais. Para atingir esses objetivos o PDE reforça a centralidade de diretrizes de combate à terra ociosa, que não cumpre a função social; de implantação da política habitacional para quem precisa; de valorização do meio ambiente; de orientação do crescimento da cidade nas proximidades do transporte público; de qualificação da vida urbana na escala de bairro; de promoção do desenvolvimento econômico na cidade; de preservação do patrimônio e valorização das iniciativas culturais; e de fortalecimento da participação popular nas decisões dos rumos da cidade.

A leitura das características urbanas, sociais e ambientais dos processos de ocupação do território e a orientação das diretrizes da política urbana necessárias para atingir os objetivos do PDE embasaram a proposição de seis macroáreas na cidade, norteando a aplicação de instrumentos urbanísticos específicos.

Os eixos de transporte coletivo foram tratados como eixos de estruturação da transformação urbana. Edifícios de uso misto com fachadas ativas para qualificação da vida nos espaços públicos da cidade serão incentivados ao longo dos eixos de transporte coletivo, locais prioritários para a transformação urbana e otimização da terra urbana, o que permite resguardar mais tranquilidade para os bairros residenciais situados entre os eixos dessa rede. O ordenamento territorial e os instrumentos urbanísticos correlatos foram refletidos nas ações públicas necessárias à complementação e qualificação de sistemas urbanos e ambientais que estruturam os espaços urbanos. A criação da Macroárea de Estruturação Metropolitana define um território estratégico na relação de São Paulo com os demais municípios da metrópole, onde projetos específicos terão como principal objetivo a requalificação dos espaços públicos, reaproximando a cidade das suas águas e demais infraestruturas de importância metropolitana dessa região.

Tais diretrizes irão orientar o desenvolvimento e o crescimento da cidade pelos próximos 16 anos. Representam um consenso da sociedade, fruto de um processo participativo sem precedentes na história da cidade. Os números somados demonstram que as atividades realizadas pelo Executivo e Legislativo, entre atividades participativas presenciais (seminários, oficinas, audiências públicas e diálogos com segmentos) e as Plataformas Participativas Digitais, excederam de forma inédita o estabelecido por Lei. Tal processo foi, desde o início, pactuado com a sociedade civil e o Conselho Municipal de Política Urbana (CMPU). No total, foram realizadas 114 audiências públicas, que contaram com a participação de 25.692 pessoas e 10.147 contribuições para o aprimoramento do plano. Foram 5.684 propostas feitas nos encontros presenciais e outras 4.463 feitas pela internet em ferramentas como o site Gestão Urbana, sendo 1.826 por fichas online, 902 pelo mapa colaborativo, 1.204 na minuta participativa disponibilizada na rede e 531 no site da Câmara. Além disso, e paralelo às atividades presenciais que fizeram parte de todo o processo participativo de revisão do PDE, para permitir maior acesso aos dados, resultados, agenda, notícias e arquivos, sempre disponibilizados em formato aberto, a SMDU lançou a plataforma Gestão Urbana, que trouxe todas as informações referentes ao processo e etapas da revisão participativa do PDE, além de disponibilizar ferramentas participativas como formulário de propostas online, mapa colaborativo e uma minuta colaborativa. Esta plataforma permanece ativa para o acompanhamento de todo o processo de revisão participativa do marco regulatório da cidade.

Saiba mais: http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/principal-pde/



Plano Diretor Estratégico: Macroáreas

2. Processo de Revisão Participativa da Lei de Uso e Ocupação do Solo – LPUOS

Os estudos preparatórios para a revisão da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, ou Zoneamento, Meta 121 do Programa de Metas, foram iniciados pelo Departamento de Uso do Solo ainda durante o processo de revisão do Plano Diretor Estratégico (PDE). As normas de parcelamento, uso e ocupação do solo são instrumento de organização territorial do município que definirão o que pode ser construído em cada local da cidade, o quanto pode ser construído e de que forma e onde poderão ser instalados os diversos usos, atividades e edifícios na cidade. Para tanto, o zoneamento depende diretamente da revisão do Plano Diretor. Assim os estudos de aplicação de regras do zoneamento de acordo com os princípios adotados pelo PDE buscaram garantir a coerência e a complementaridade entre estas duas peças do marco regulatório da política urbana. Assim, as principais diretrizes para a revisão da LPUOS foram definidas durante este processo.

Dada a dificuldade de compreensão e, conseqüentemente, de aplicação das regras estabelecidas pela lei de zoneamento vigente (Lei 13.885/04), estabeleceu-se no PDE que sua revisão deveria trazer uma redação mais simples e uma maior coesão interna à lei.

O PDE trouxe ainda uma grande preocupação com a forma urbana resultante dos parâmetros urbanísticos definidos pela lei, e seus efeitos na qualidade do espaço construído. Assim, uma segunda linha de diretrizes para a revisão da LPUOS foi dada por uma análise crítica das

tipologias e espaços produzidos pela legislação vigente, considerando-se sua capacidade de induzir, mesmo que lote a lote, um modelo de cidade pouco sustentável.

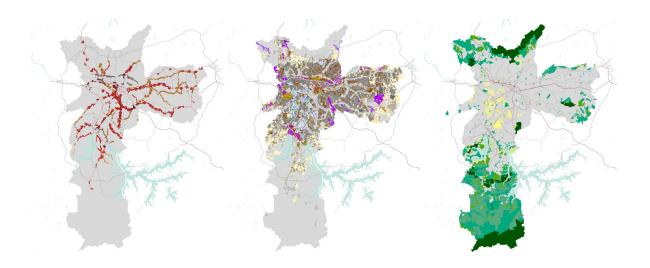
Estes dois conjuntos de premissas motivaram a produção de uma série de estudos e modelagens subsidiários à formulação dos novos parâmetros normativos, consolidando-se uma primeira versão para apresentação pública e abertura do processo participativo de revisão da lei em agosto de 2014.

A lei de zoneamento regula essencialmente o espaço privado da cidade e é, por esse mesmo motivo, um dos campos de grandes disputas entre os diversos setores da sociedade. Promover um processo organizado de diálogo entre interesses conflitantes, incorporando e revendo aspectos da lei em formulação tem sido um grande desafio do processo de revisão do zoneamento da cidade.

Saiba mais: http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/principal-zoneamento/

Entre 2013 e 2014 a SMDU, tendo o Departamento de Uso do Solo à frente do processo, realizou as seguintes atividades:

- Estudos de aplicação da lei vigente;
- Oficinas com técnicos da Secretaria de Licenciamento SEL com o objetivo de nivelar o conhecimento interno à PMSP sobre a aplicação da legislação de zoneamento vigente;
- Realização do Concurso Nacional Ensaios Urbanos: desenhos para o Zoneamento de São Paulo, realizado pelo IAB-SP e promovido pela SMDU, com o objetivo de obter subsídios técnicos para auxiliar o processo participativo de revisão da Lei de Zoneamento da cidade. A cerimônia de premiação ocorreu em março de 2014 e os trabalhos premiados foram disponibilizados para apreciação pública no site Gestão Urbana;
- Contratação de serviços técnicos de apoio ao processo participativo de revisão da Lei de Zoneamento.
- Realização do Atelier Ensaios Urbanos;
- Realização de Seminário de Abertura do processo participativo de revisão da Lei de Zoneamento;
- Consolidação de caderno de propostas para a revisão da Lei de Zoneamento e disponibilização na internet para consulta pública;
- Realização de 32 oficinas regionais nas subprefeituras para debate das propostas e obtenção de contribuições da sociedade;
- Acompanhamento do processo de revisão pelo CMPU e CTLU (reuniões em grupos de trabalho e plenário);
- Consolidação da primeira versão de Minuta de Projeto de Lei de revisão participativa do Zoneamento – resultado da 1ª etapa de consulta pública presencial e por meio eletrônico – e disponibilização do documento na internet para consulta pública.



Zonas de Transformação, Qualificação e Presenvação: proposta de de revisão da LPUOS

3. Processo de Revisão Participativa dos Planos Regionais das Subprefeituras – PRS

Após a consolidação e envio à Câmara Municipal da Minuta de Lei de Revisão do PDE, a revisão dos Planos Regionais das Subprefeituras, Meta 122 do Programa de Metas, foi a segunda incumbência do Departamento de Urbanismo de SMDU.

Ao longo de 2014 foram feitas reuniões internas e junto às secretarias municipais para estabelecer o conceito e a estratégia de organização dos trabalhos. Foram ainda realizados os estudos de diagnóstico pormenorizado das Subprefeituras.

Enquanto a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo – LPUOS trata essencialmente dos espaços e dos investimentos privados, os Planos Regionais das Subprefeituras (PRS) tratam dos espaços e investimentos públicos. Vale destacar a complementaridade e as diferenças entre os dois instrumentos, embora ambos alinhem-se aos objetivos propostos pelo Plano Diretor.

Neste sentido, os Planos Regionais reforçam as diretrizes do PDE, especialmente no tocante a: qualificar as centralidades existentes; promover a qualificação urbanística e ambiental, incluindo a ampliação de calçadas, enterramento da fiação e instalação de galerias para uso compartilhado de serviços públicos; garantir espaços para a ampliação da oferta de serviços e equipamentos públicos; desestimular o uso do transporte individual motorizado, articulando o transporte coletivo com modos não motorizados de transporte; promover a ampliação dos espaços livres, das áreas verdes em especial nas áreas com grande circulação de pedestres e nas proximidades de estações de trem, metrô e terminais de ônibus, observando-se a compatibilidade entre os equipamentos públicos, as instalações, o fluxo seguro de pedestres e as normas de acessibilidade.

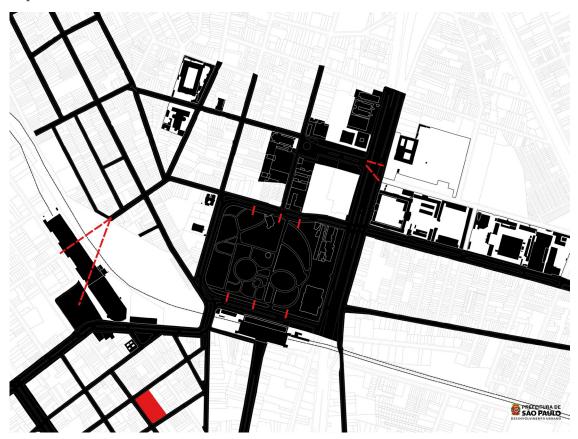
A estes objetivos, pode-se acrescentar que os Planos Regionais das Subprefeituras deverão identificar demandas e questões locais propondo, caracterizando e delimitando os Projetos de Intervenção Urbana (PIUs) e os Planos de Bairro.

A construção dos Planos Regionais das Subprefeituras – PRSs demanda dois tipos de articulação: primeiro, a articulação dos planos elaborados pelas secretarias municipais e as ações, obras e políticas públicas previstas. Assim os planos constituem oportunidade de territorialização de todas as ações do poder municipal e o estudo das articulações entre elas.

Concorre para este objetivo a constituição do INFOSUB, em elaboração pelo Departamento de Produção e Análise de Informação – DEINFO, que almeja constituir uma base de informações que registre e forneça elementos para o planejamento de todas as ações públicas no território municipal.

Em segundo lugar, os PRSs devem permitir a articulação entre a população e o poder municipal, representado principalmente pelos técnicos e servidores das subprefeituras e pelas secretarias municipais. A participação de qualquer cidadão é direito inquestionável e, portanto, a participação da população nas oficinas deverá ser potencializada pelo envolvimento de movimentos sociais organizados (associações de bairros, de comerciantes, de categorias profissionais, de moradia, saúde, e todo o terceiro setor), pelos Conselhos Regionais de Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Cultura da Paz – CADES Regionais e pelos Conselhos Participativos Municipais de cada Subprefeitura.

Para 2015 estão previstos, num primeiro momento, debates com os conselhos setoriais e conselhos participativos para, num segundo momento, abrir o debate para um fórum mais amplo.



Articulação de Políticas Setoriais no escopo dos Planos Regionais

III. ESTRUTURAÇÃO DE PLANOS E PROJETOS URBANOS NO TERRITÓRIO

Macroárea de Estruturação Metropolitana – Arco do Futuro

Definida pelo PDE a Macroárea de Estruturação Metropolitana (MEM) é um território estratégico para o desenvolvimento urbano de São Paulo em direção à construção de uma cidade mais equilibrada do ponto de vista urbanístico, ambiental, econômico e social.

Seu principal setor combina dois elementos estruturantes do processo de formação da cidade: os dois principais rios – Pinheiros e Tietê, que recebem a contribuição das principais bacias hidrográficas do município, e as ferrovias, que determinaram a localização das estruturas produtivas ao longo dos séculos XIX e XX, resultando daí a presença de áreas industriais atualmente em transformação, cuja reestruturação apresenta grande potencial de aproveitamento pela cidade no sentido de otimizar e qualificar o espaço urbano.

As condições de desenvolvimento deste território devem ser repensadas à luz dos novos ciclos econômicos e sociais, orientando uma nova conformação para este território: os terrenos subutilizados devem dar lugar à construção de moradias, atendendo, sobretudo, a demanda por habitação de interesse social e de mercado popular, e aos novos usos produtivos em função de uma nova dinâmica de produção e geografia econômica; o sistema ferroviário, cada vez mais voltado ao transporte de passageiros, precisa se articular aos outros sistemas de mobilidade local e metropolitana, incluindo corredores de ônibus, metrô e ciclovias; e as águas e parques, mediados por espaços públicos qualificados, devem aproximar-se da vida cotidiana da cidade e, também, mitigar problemas de drenagem urbana e da formação de ilhas de calor.

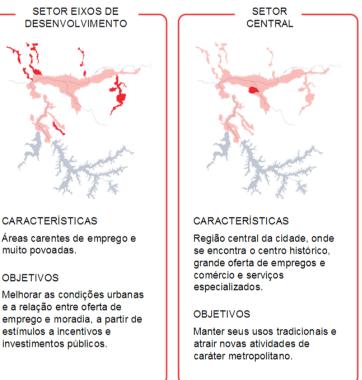
O adequado aproveitamento dessa região da cidade marca uma estratégia de longo prazo para São Paulo e, para que isto ocorra, dois conjuntos de ações estão em andamento. Em primeiro lugar, com vistas à ordenação desse espaço, a fundamental regulação de sua transformação, ensejada nos planos e projetos urbanos, para que a produção privada seja uma aliada das estratégias desejadas. A revisão do marco regulatório da política urbana é, portanto, o caminho para alcançar estes objetivos. Em segundo lugar, a ordenação das ações de governo para que os investimentos públicos na cidade consolidem o novo modelo de desenvolvimento urbano. As metas agrupadas neste território marcam, portanto, a conexão de uma estratégia de longo prazo com o conjunto de ações que serão desenvolvidas no período de 2013-2016, pretendendo articular processos de transformação urbana de escala metropolitana e macrometropolitana à mobilidade, acessibilidade, uso e apropriação de escala local.

Considerando as necessárias particularidades das estratégias de reestruturação do território da MEM, foram definidos setores do Arco que orientam os conteúdos e disciplinam as ações específicas para o seu desenvolvimento.

Saiba mais: http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/arco-do-futuro/

SETORES DA MACROÁREA DE ESTRUTURAÇÃO METROPOLITANA





1.1. Arco Tietê

O desenvolvimento de estudos para a transformação urbana do Arco Tietê faz parte da Meta 123. As ações desenvolvidas no âmbito deste projeto contemplaram:

Chamamento Público SMDU 01/2013

- Definição do perímetro Arco Tietê, no âmbito da Macroárea de Estruturação Metropolitana e levantamento dos projetos co-localizados de várias Secretarias Municipais e do Governo do Estado dentro do processo de chamamento público;
- Publicação do chamamento público para estudos do Arco Tietê dividido em duas fases: préviabilidade e viabilidade;
- Análise das 26 propostas de projetos de pré-viabilidade, cujo resultado foi apresentado em audiência pública em setembro de 2013, e disponibilizado online por meio da plataforma Gestão Urbana, com a publicação do Relatório Resumo descrevendo a conclusão da primeira fase e a habilitação de 17 equipes para a participação na segunda fase do chamamento. Faz parte deste Relatório a definição das diretrizes e escopo para os estudos de viabilidade, segunda fase do chamamento, em andamento.
- Recebimento de 05 propostas, no âmbito dos estudos de viabilidade, que encontram-se em análise final pela comissão especial de avaliação.

Modernização do Anhembi

 Desenvolvimento de cenários de viabilidade para a modernização do Anhembi com ampliação dos espaços expositivos e de convenções, implantação de sistema de mobilidade ligado ao metrô e espaços para desenvolvimento de programas voltados a usos comerciais e de serviços no entorno.

- Articulação entre os órgãos de licenciamento e patrimônio histórico para a definição das diretrizes de preservação e restauro do pavilhão de exposições.
- Modelagem de viabilidade econômica para o financiamento do projeto, em parceria com a SPDA.

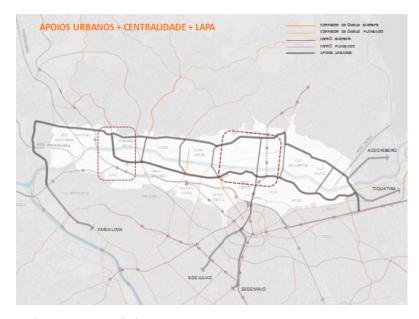
Apoios Urbanos Norte e Sul

- Desenvolvimento de projetos urbanos ao longo dos apoios urbanos Norte e Sul a partir das premissas do projeto Arco Tietê, publicadas no relatório resumo do chamamento público.
- Articulação com a Secretaria Municipal de Transportes SMT para a implantação de um corredor perimetral junto ao Apoio Norte.
- Compatibilização das diretrizes de desenvolvimento urbano motivadas pelo estudo dos Apoios Urbanos com as propostas de revisão participativa da lei de zoneamento.

OUC Água Branca

- Aprovada e sancionada a Lei da Operação Urbana Consorciada Água Branca, Lei 15.893/2013;
- Realizada eleição dos representantes da sociedade civil do Grupo Gestor da Operação Urbana e, desde então, já foram realizadas mais de 08 reuniões;
- Realizada audiência pública para apresentar e discutir com a comunidade o plano de prioridades para implementação do programa de intervenções, posteriormente aprovado pelo Grupo Gestor;
- Promovido o Concurso Público Nacional para o desenvolvimento de Plano de Urbanização do Subsetor A1 que tem por objetivo trazer soluções para a região no que refere à mobilidade, implementação de parques, creches, escolas, unidades de saúde e principalmente de Habitações de Interesse Social (HIS);
- Realizado primeiro leilão de Certificados Adicionais de Construção (CEPACs);
- Estruturação e desenvolvimento de projetos de habitação de interesse social, mobilidade urbana, drenagem, entre outros.

Saiba mais: http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/operacao-urbana-consorciada-agua-branca/

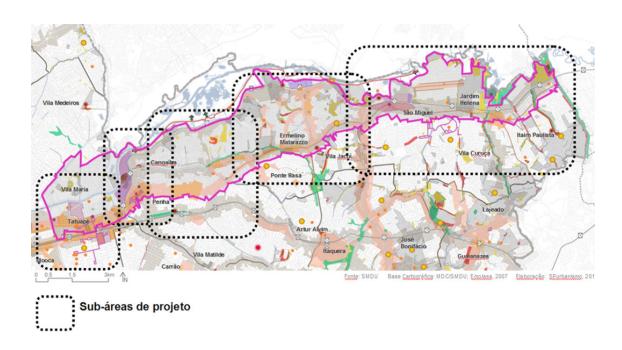


Projetos para o Arco Tietê

1.2. Arco Leste e Eixo de Desenvolvimento Jacu Pêssego

O Arco Leste é um setor da Macroárea de Estruturação Metropolitana no qual se pretende incentivar o desenvolvimento urbano a partir da implantação de premissas do PDE, mais precisamente dos Eixos de Estruturação da Transformação Urbana. As ações desenvolvidas no âmbito deste projeto contemplam:

- Desenvolvimento de um plano regulador, preliminar, de infraestrutura e investimentos que agrupa diversas ações da PMSP sobre o território, como forma de organizar os investimentos.
- Proposta de revisão do traçado do corredor Celso Garcia Marechal Tito, de forma a articular os projetos urbanos ao longo de seu percurso e implantar as premissas dos Eixos de Estruturação da Transformação Urbana.
- Conclusão do Plano Urbanístico Específico da OUC Jacu Pêssego, com proposta de um novo sistema viário estrutural, consolidado através de um Projeto de Lei que estipula o novo alinhamento viário da Av. Jacu Pêssego e das vias a ela lindeiras.



Arco Leste - Sub-áreas de projeto

1.3. Arco Jurubatuba

Início dos estudos do Arco Jurubatuba através do levantamento de dados e análise do território
deste subsetor da MEM. Os dados ainda se encontram em fase de análise preliminar, porém
foram fundamentais para instrumentalizar a elaboração da Minuta do Projeto de Lei de
Revisão do Zoneamento, mais especificamente nas zonas a serem propostas na MEM.

1.4. Arco Pinheiros

• Início dos estudos do Arco Pinheiros através do levantamento de dados e análise do território deste subsetor da MEM. Os dados ainda encontram-se em fase de análise preliminar, programando-se atividades a serem desenvolvidas ao longo do ano de 2015.

1.5. Arco Tamanduateí

Os estudos para a transformação urbana do Arco Tamanduateí (Operação Urbana Consorciada Mooca/Vila Carioca) fazem parte da Meta 123, tendo sido desenvolvidas as seguintes atividades:

Plano Urbanístico Especifico da OUC

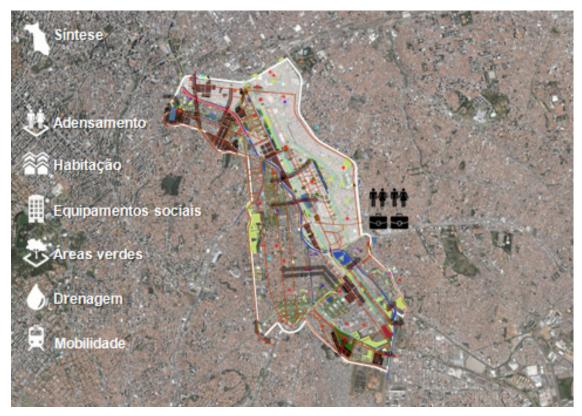
- Conclusão dos estudos urbanísticos, com a finalização do contrato do Consórcio Mooca-Vila
 Carioca e definição das estratégias e do EIA-RIMA para o licenciamento ambiental.
- Inicio do processo de licenciamento ambiental e compatibilização do Plano Urbanístico com as premissas do novo Plano Diretor Estratégico (Lei Municipal 16.050/14).
- Realização das audiências públicas, fundamentais para a obtenção da Licença Ambiental.

Minuta de Lei da OUC

• Proposta inicial de minuta para a Lei Especifica da Operação Urbana Consorciada.

Parque Linear do Córrego dos Meninos

- Desenvolvimento de proposta para implantação de parque linear junto ao percurso da Linha
 18 do monotrilho entre as cidades de São Bernardo, São Caetano e São Paulo.
- Composição de Grupo Gestor do projeto da Linha 18, no âmbito da OUC Mooca/Vila Carioca, em parceria com o Governo do Estado.



Arco Tamanduateí – Planejamento síntese

1.6. Arco Faria Lima

O Arco Faria Lima contém os territórios de duas operações urbanas – a OUC Faria Lima e a OUC Águas Espraiadas – que já estão regulamentadas, porém foram revistas de acordo com as diretrizes do novo Plano Diretor.

Requalificação da Avenida Santo Amaro - OUCFL

- O projeto de requalificação da Avenida Santo Amaro resultou em um Projeto de Lei que estipula o alinhamento viário da nova avenida, articulado com uma série de incentivos aos novos parâmetros urbanísticos para a promoção do desenvolvimento urbano ao longo de seu eixo, de acordo com as diretrizes dos Eixos de Estruturação da Transformação Urbana.
- Desenvolvimento de estratégias urbanas de compatibilização entre uma área regida pelas normas da Operação Urbana em um dos lados da avenida com uma área de incentivo aos Eixos de Estruturação da Transformação Urbana de outro.
- Desenvolvimento do projeto básico em conjunto com SPTrans.

Habitação e Ciclo-passarela Panorama

• Desenvolvido o Programa Habitacional Panorama que tem como objetivo a provisão de habitação de interesse social à população da favela do Jardim Panorama e a integração deste núcleo habitacional ao tecido urbano e à rede local de equipamentos, espaços públicos e áreas verdes, inclusive com a transposição de pedestres e ciclistas por sobre o Rio Pinheiros, de forma a articulá-lo ao transporte coletivo de alta capacidade de maneira sustentável.

Requalificação do eixo da Avenida Juscelino Kubitschek

 Desenvolvimento de cenários de transformação para o eixo da Avenida Juscelino Kubitschek, com vistas à qualificação urbanística e à valorização da mobilidade não motorizada. Não houve confirmação da viabilidade financeira e urbanística para a realização desta proposta neste momento.

Ciclovia na Avenida Fonseca Rodrigues – Faria Lima – Hélio Pelegrino

 Cumprimento dos requisitos da licença ambiental com o projeto de implantação de 11 km de ciclovia entre o eixo das Avenidas Fonseca Rodrigues, Faria Lima e Helio Pelegrino, articulando sua conexão com todas as estações de trem ao longo do rio Pinheiros dentro do perímetro da OUC Faria Lima e promovendo a ligação entre os Parques Villa-Lobos e Ibirapuera.

Largo da Batata

 Promoção de ações para a ocupação do espaço público junto ao Largo da Batata, entre elas, a oferta de equipamentos de apoio aos ciclistas e a articulação com a sociedade civil local para o desenvolvimento de atividades naquele espaço.







Bicicletário -Largo da Batata

Habitação Coliseu

 Acompanhamento do desenvolvimento de projeto habitacional, promovido pela COHAB, na área da atual favela Coliseu, com definição de novo programa para a implantação de espaços produtivos no térreo do empreendimento.

2. Articulação de Políticas Públicas no Território: Redes Estruturantes

Em estreita relação com a lógica de estruturação urbana do Programa de Metas, o novo PDE propõe uma abordagem estratégica das questões relativas ao ordenamento territorial a partir de dois elementos: a identificação de segmentos territoriais com características semelhantes do ponto de vista dos desafios a serem enfrentados pela política urbana e, a identificação de redes compostas por sistemas capazes de reestruturar dinâmicas urbanas importantes.

Este último, denominado Rede de Estruturação da Transformação Urbana, indica aqueles territórios que deverão concentrar transformações estratégicas propostas pelo Plano Diretor, consolidando uma política urbana comprometida com a redução das desigualdades socioterritoriais.

2.1. Rede de Mobilidade - Eixos de Estruturação da Transformação Urbana

Os Eixos de Estruturação da Transformação Urbana são perímetros definidos pelas áreas de influência do sistema estrutural de transporte coletivo, onde se pretende potencializar o aproveitamento do solo urbano através do adensamento populacional e construtivo. Baseada no conceito de cidade compacta e na necessidade de otimização da infraestrutura de transporte público de média e alta capacidade, a diretriz de desenvolvimento urbano orientado pelo transporte (TOD) alia, pela primeira vez em São Paulo, as questões de mobilidade com os parâmetros de uso do solo.

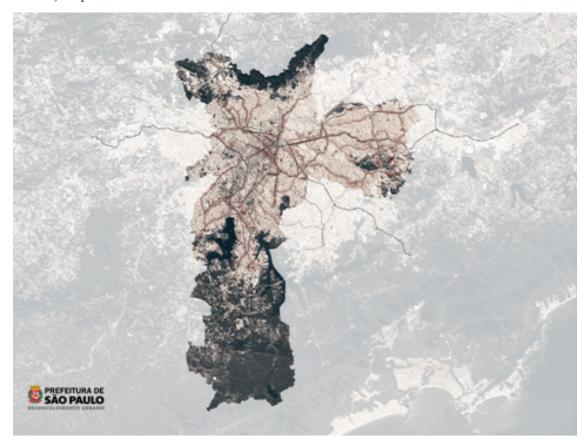
A viabilização da transformação pretendida depende de três ações fundamentais do poder público, a serem desenvolvidas em paralelo, sendo duas de competência da SMDU: i) a regulamentação de instrumentos urbanísticos que levem à mudança dos padrões construtivos e à ampliação da oferta de serviços, equipamentos públicos e habitação nestes territórios e ii) o desenvolvimento de projetos urbanos que promovam a integração de políticas setoriais e a qualificação urbanística; a terceira, a cargo da Secretaria Municipal de Transportes, passa pela readequação e ampliação da rede de transportes de média capacidade e pela implementação de medidas que levem ao aumento do número de viagens por transporte público.

Durante a elaboração do PDE foram desenvolvidos estudos e modelagens para os Eixos de Estruturação da Transformação Urbana, levando ao estabelecimento de parâmetros urbanísticos específicos para estes perímetros, entre eles, o aumento do coeficiente de aproveitamento, os incentivos ao uso misto e à fachada ativa, instrumentos como a cota parte e a limitação das vagas de garagem nos novos empreendimentos imobiliários, amparando assim, do ponto de vista legal, as transformações pretendidas.

Com relação ao desenvolvimento de projetos urbanos voltados à viabilização dos Eixos de Estruturação da Transformação Urbana, as ações de SMDU apoiaram a realização da Meta 93 do Programa de Metas, que prevê a implantação de 150km de corredores de ônibus até 2016. Para tanto, a SPUrbanismo compatibilizou os projetos funcionais dos corredores de ônibus desenvolvidos por SPObras e SPTrans à estratégia de desenvolvimento urbano estabelecida pelo PDE, propiciando sua adequação na inserção urbana a partir dos eixos de mobilidade propostos. Esta análise incluiu uma avaliação preliminar sobre o impacto das desapropriações na malha urbana, a acessibilidade dos usuários e a provisão de áreas para equipamentos sociais com eventuais sugestões de ajustes no projeto.

Nos projetos revistos pela SP-Urbanismo, as desapropriações passaram a ser vistas como oportunidades de desenvolvimento urbano local, na medida em que puderam incorporar, em alguns trechos, perímetros maiores que os estritamente necessários para a realização das obras de alargamento viário, evitando que a segmentação de lotes desse origem a áreas remanescentes sem uso definido. A ampliação dos perímetros das desapropriações possibilita ainda a acomodação de futuros empreendimentos habitacionais - necessários à realocação das famílias desapropriadas - e a implantação de equipamentos sociais, como creches, escolas e Unidades Básicas de Saúde, reconfigurando e qualificando assim os eixos de mobilidade.

Entre os projetos desenvolvidos na SP-Urbanismo estão o corredor de ônibus da Avenida Sto. Amaro, o Apoio Urbano Norte e o Eixo de Desenvolvimento Fernão Dias.



Eixos de Estruturação da Transformação Urbana: existentes e previstos

2.2. Rede de Equipamentos - Território CEU

A Rede de Estruturação Local, uma das estratégias de ordenação territorial propostas pelo PDE, tem o desafio de desempenhar dupla função: potencializar o alcance e a eficácia das políticas públicas setoriais através de sua articulação no território e, quase que em decorrência da ação anterior, constituir-se como referência espacial, sobretudo em regiões menos estruturadas, através da criação ou qualificação das centralidades locais.

Parte desta Rede será composta pelos Centros Educacionais Unificados, CEUs, que, implantados pela primeira vez em 2002, consolidaram-se como exemplo de articulação de políticas setoriais, conformando uma rede que conta hoje com 45 CEUs. A proposta de implantação dos 20 novos CEUs a serem construídos ainda nesta gestão (Meta 16) pretende expandir o raio de influência destes equipamentos através de sua integração aos demais equipamentos públicos de seu entorno. Denominado *Território CEU*, este programa, que demanda forte empenho na articulação das ações das diversas pastas, é coordenado por SMDU.



Rede de Equipamentos – CEU Vila Rubi

Produto do desenvolvimento de uma das principais linhas de reflexão sobre educação no Brasil, os CEUs de São Paulo foram pensados como espaços de integração e de formação ampla, tornada efetiva através de um programa que reúne equipamentos públicos dedicados a três conjuntos de atividades: educação, cultura e esportes.

O projeto dos novos CEUs amplia as possibilidades de integração entre políticas públicas, somando-se a seu programa inicial serviços sociais como os de saúde e os assistenciais. No campo pedagógico, a adesão das escolas municipais ao Programa Mais Educação do Governo Federal, expandiu as possibilidades de uso destes equipamentos para as atividades de contra-turno escolar, necessárias à viabilização da proposta de educação em tempo integral. Desta forma, de acordo com as demandas específicas de cada local, os novos CEUs poderão abrigar serviços de assistência social, oficinas culturais de apoio ao desenvolvimento dos coletivos de cultura do bairro, pólos da Universidade Aberta do Brasil, atividades do Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego), entre outras atividades de interesse da comunidade usuária. No mesmo sentido, a proposta arquitetônica incorpora a idéia de um programa flexível, sugerindo diferentes possibilidades de composição dos módulos dos edifícios, de acordo com as especificidades programáticas e urbanísticas de cada local.

Os Territórios CEU pretendem constituir-se como um espaço ampliado de educação e referência, além dos muros escolares, trazendo qualidade urbanística àqueles elementos – a rua, o banco, a árvore, os percursos, a praça – que fazem parte daquilo que é essencial para a fruição da vida urbana e para o resgate do sentimento de pertencimento e cidadania. Assim como o projeto arquitetônico, a inserção urbana do Território CEU visa integrar o novo equipamento aos equipamentos existentes em seu entorno, através de caminhos seguros e de usos e programação integrados. As soluções urbanísticas para essa integração incluem mobiliário, iluminação, sinalização, pavimentação, arborização, estrutura cicloviária e melhoria das calçadas – ações que serão realizadas pelas subprefeituras através dos programas de requalificação do espaço público e melhoria de bairro.

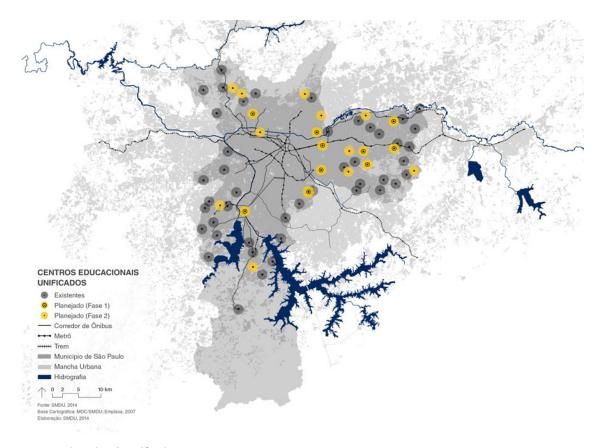




Projeto Território CEU - Projeto Parque Novo Mundo: antes e depois

Para definir os locais de implementação dos 20 novos CEUs foram analisados mais de 400 terrenos, dos quais foram vistoriados cerca de 120. Foram selecionados apenas terrenos e equipamentos públicos ociosos, como forma de recuperar as instalações existentes e evitar custos desnecessários com desapropriações. A recuperação dos espaços públicos ociosos segue diretrizes do PDE. A seleção das áreas seguiu critérios técnicos de análise da demanda por todos os tipos de equipamentos sociais, com identificação dos vazios assistenciais mais significativos e sua relação com a densidade e vulnerabilidade social da população. O CEU Heliópolis foi o primeiro dos 20 CEUs a serem entregues na Meta 16, com obras finalizadas em dezembro de 2014. Coube à SMDU definir a localização e contratar os projetos para os 19 CEUs da meta; após os estudos acima referidos, a validação final dos 19 CEUs foi feita em reuniões intersecretariais, articuladas pela Secretaria de Governo Municipal.

Além destas atividades, a equipe técnica responsável pela implementação do programa levantou subsídios para a elaboração de um plano de articulação da rede de equipamentos sociais do município, que deverá se consolidar em 2015 como subsídio à elaboração dos Planos Regionais das Subprefeituras.



Centros Educacionais Unificados - CEUs

As ações realizadas por SMDU para a implementação do programa neste primeiro biênio da gestão estão elencadas, por fases do programa, conforme descrito a seguir:

Projeto do Sistema de Componentes para a Edificação Flexível dos novos CEUs

- Elaboração do projeto do sistema de componentes a serem articulados para a formação das diferentes tipologias de edificação. Os componentes do sistema foram denominados de agrupamentos funcionais, pois atendem a determinadas funções: educacional, cultural, esportiva, múltiplo uso, além das articulações de circulação entre os componentes. Além do projeto dos componentes, foram desenvolvidos projetos de articulação que derivaram para três tipos de articulação, gerando as tipologias vertical, horizontal e paralela, cada uma com múltiplas possibilidades de implantação nos terrenos selecionados, acomodando-as às condições topográficas e à relação com o equipamento existente. Acompanhou o projeto um caderno de detalhes construtivos e de componentes a serem aplicados em cada um dos 20 CEUs; Projeto de Implantação dos novos CEUs nos equipamentos públicos existentes: Estudos preliminares, contratação e acompanhamento do desenvolvimento de oito projetos executivos correspondentes à primeira fase de implementação do programa, que contou com a elaboração de laudos técnicos e projeto de reforma dos edifícios públicos municipais existentes no local, além de projeto de paisagismo para a integração dos novos edifícios com o centro esportivo ou área pública existente;
- Contratação de projetos para 10 novos CEUs, que compõem a segunda etapa do programa;
- Fornecimento de diretrizes de projeto para o Concurso de Projetos da Área 1 da OUC Água Branca, para implantação do CEU Água Branca.



Projeto CEU São Pedro

Projeto do Território CEU

Para a definição das interligações entre equipamentos e espaços públicos que irão conformar o Território CEU, foram realizadas ações de reconhecimento do território com a comunidade e de articulação institucional com os membros do governo local. Estes são atores presentes no território, responsáveis pela implementação das políticas públicas de educação, saúde, cultura, assistência social, esportes, serviços, geralmente articulados pela Subprefeitura, através de ações e reuniões periódicas, do chamado governo local. Estas ações consistiram de:

- Realização de oficinas com os representantes do governo local (representantes das secretarias municipais com atuação direta no território, geralmente articulados pela subprefeitura) dos 8 territórios que compõem a primeira etapa de implementação do programa para mapear e definir as melhorias urbanísticas a serem realizadas no perímetro que conforma o Território CEU. Estas oficinas foram aprofundadas, com a elaboração de planejamento estratégico para a implementação do Território CEU Novo Mundo, com a participação de todos os representantes do governo local, tendo como resultado um plano de ação intersecretarial para o próximo biênio.
- Realização de oficina piloto com a comunidade do Parque Novo Mundo e técnicos da Subprefeitura de Vila Maria, para a implantação do Território CEU Novo Mundo. A oficina consistiu na imersão da equipe técnica no território durante uma semana, para escuta e elaboração de mapas e maquetes colaborativas de todos os segmentos da comunidade envolvidos com a futura implantação do Território CEU crianças, adolescentes, jovens, mulheres e idosos. A oficina teve a mediação do LabMóvel (projeto artístico que envolve a produção de mapas digitais colaborativos) e do FabLab (projeto de produção participativa de maquetes em impressoras 3D). O resultado serviu de base para a elaboração do projeto de desenho urbano que irá conformar o Território CEU Novo Mundo.
- Todo o processo de debate com governos locais e comunidades está registrado em mural de atividades e mapas colaborativos no site http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/home-territorio-ceu/.

2.3. Rede de espaços públicos

Centro

Parte da requalificação da Área Central está vinculada à Meta 72 do Programa de Metas, que prevê a requalificação dos espaços públicos do Centro. Fizeram parte desta ação a realização de um conjunto de oficinas para a formulação da metodologia de elaboração de projetos-piloto em conjunto com a sociedade, universidades e diversos órgãos do poder público, que resultaram na implantação do Programa Centro Aberto. Todo o processo de discussão e oficinas teve início com a instituição de um canal de participação e com a realização de workshops com a comunidade da área central para avaliação e construção de estratégias de reocupação e apropriação do centro da cidade, que passam por três diferentes estratégias:

- Suporte à permanência no espaço público: Qualificação dos espaços físicos, retirada de grades, instalação de mobiliário urbano mesas, bancos, cadeiras;
- Ações de atração de público e ativação do espaço público: Programação constante e atrações pontuais; projeção de cinema na praça, shows, intervenções artísticas e também oferta de alimentação (de barracas de pastel à foodtrucks);
- Ações de proteção e priorização de pedestres e ciclistas: Otimização e qualificação dos acessos e circulação do usuário. Implantação de faixas de pedestre, vagas para bicicletas e bike share.

As ações necessárias para essa transformação desenvolvidas até o momento contemplam:

Requalificação do Vale do Anhangabaú

- Desenvolvimento de projeto conceitual que contém diretrizes para a requalificação do Vale do Anhangabaú;
- Contratação de projeto básico e executivo para a transformação do Vale, em desenvolvimento, compatibilizado ao projeto de gestão e manutenção do espaço público.

Modernização do Calçadão

- Projeto de novas infraestruturas para o calçadão a partir da implantação de um novo sistema de pavimento e drenagem e da regulação dos usos e permissões sobre a área pedestrianizada do Centro.
- Desenvolvimento do projeto piloto 07 de abril como protótipo do novo calçadão.

Manual de componentes dos espaços públicos

- Desenvolvimento de critérios de implantação de componentes do espaço público e do mobiliário urbano voltado à qualificação da paisagem e à padronização do fornecimento destes elementos nas obras da cidade.
- Publicação do decreto de regulamentação dos Parklets e consequente manual de instalação, que fomentou a política pública de implantação destes espaços públicos ao longo de toda a cidade.
- Elaboração conjunta com a equipe do Programa Território CEU dos elementos a serem aplicados na requalificação das vias de ligação entre equipamentos e espaços públicos que devem conformar o Território CEU, tais como calçadas, iluminação pública, componentes do sistema de arborização, drenagem, ciclofaixas e demais elementos de mobiliário urbano.

Revisão da Operação Urbana Centro

- Levantamento de informações e dados da transformação urbana sobre a área da Operação Urbana Centro, com inclusão de diretrizes especificas na revisão do Plano Diretor Estratégico do Município, integrante da Macroárea de Estruturação Metropolitana;
- Levantamento dos projetos co-localizados de diversas secretarias sobre a área central, principalmente transportes, infraestrutura e Subprefeitura da Sé;
- Avaliação da condição de uso e da infraestrutura dos espaços públicos da área central nos distritos Sé e República.



Centro Aberto – Largo São Francisco

2.4. Rede Hídrica

O Novo Plano Diretor Estratégico estabelece novos mecanismos para tratar da questão do papel das águas no desenvolvimento urbano. A criação das Áreas de Estruturação da Transformação Urbana, parte integrante da Rede de Estruturação Urbana, ampara a demarcação de Projetos de Intervenção Urbana, especialmente durante a Revisão dos Planos Regionais das Subprefeituras, que deverão orientar os investimentos para o desenvolvimento urbano local a partir da integração dos sistemas urbanos e ambientais. Neste contexto à Rede Hídrica Ambiental, demarcada no Mapa 5 do PDE, apresenta-se como um dos elementos estruturantes. Ainda assim, foi incluído como um dos componentes de Mobilidade Urbana o sistema Hidroviário, com isso pretende-se aprofundar a integração entre as políticas de mobilidade, gestão integrada de recursos hídricos e desenvolvimento urbano.

IV. SUBSÍDIOS AO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS E PLANOS URBANOS

1. Política de Informação e Estudos Urbanos

Constituir uma política municipal de governança das tecnologias de informação – planejando, normatizando e estabelecendo diretrizes para seu desenvolvimento – é uma ação estratégica no sentido de ampliar a capacidade do poder público de planejar e gerir suas ações. O inaceitável atraso de São Paulo neste tema, mesmo em relação a outras cidades brasileiras, motivou a realização de uma série ações durante o ano de 2013 que, sob a coordenação de SEMPLA, viriam a subsidiar a instituição, através do Decreto nº 54.785, da Política Municipal de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (PMGTIC) no âmbito da administração pública municipal.

Em articulação institucional com a Controladoria Geral do Município, SMDU, por meio do Departamento de Produção e Análise de Informação – DEINFO, vem desempenhando papel fundamental neste processo, tendo sido responsável, entre outras atribuições, por reunir e compatibilizar todas as bases de dados da PMSP em um catálogo único. A implementação do Catálogo Municipal de Bases de Dados – CMBD, instituído pelo Decreto nº 54.779 de janeiro de 2014, foi apenas um dos passos no sentido da integração dos diferentes sistemas de tecnologia da informação desenvolvidos nos diversos órgãos da administração pública municipal para, finalmente, disponibilizar uma ferramenta informatizada de apoio à gestão e ao planejamento urbano. A importância do CMBD para a administração pública vai além da pauta desta Secretaria, tendo sido uma das grandes contribuições para a efetivação da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) na esfera municipal¹.

No âmbito de SMDU, as ações de estruturação de informações para o planejamento urbano estão sendo desenvolvidas de forma a equilibrar a progressiva melhora na qualidade das informações produzidas, sua disponibilização para o público e a análise e utilização dos dados para informar a política urbana.

1.1. Sistema de Informações Geográficas do Município de São Paulo - SIG-SP

Cabe à SMDU a manutenção, atualização e georreferenciamento do sistema municipal de informações. Está ainda sob sua responsabilidade a implementação do Sistema de Informações Geográficas do Município de São Paulo – SIG-SP, Meta 111 do Programa de Metas.

O principal objetivo do Sistema é constituir um caminho único de acesso àquelas informações e dados da PMSP que podem ser vinculados ao território e representados sobre uma base cartográfica digital. Desta forma, o sistema permite realizar consultas rápidas e, através da definição de filtros e da combinação de dados, torna possível produzir novas informações, subsidiando análises e o planejamento e articulação das ações públicas.

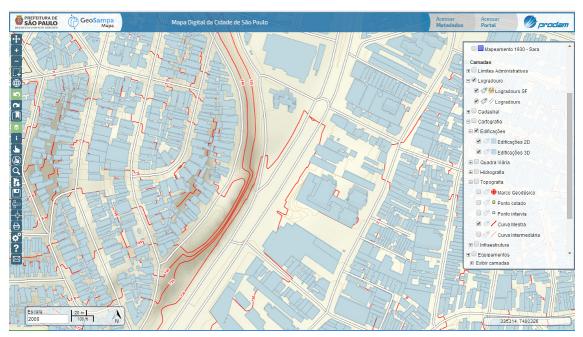
Dividida em fases, a implementação do SIG-SP já tem 42,5% de sua meta cumprida; a entrega de cada um dos produtos, listados a seguir, dependeu da realização de um universo de pequenas tarefas e de um grande trabalho de planejamento na concatenação das etapas de trabalho. Seus principais resultados até o momento foram:

- Reestruturação das informações do Mapa Digital da Cidade (MDC) integrando-o a outros sistemas existentes; criação de novas camadas de informação onde foram agregados os dados geográficos das diversas secretarias, como o zoneamento e a localização de equipamentos públicos;
- Disponibilização para o público geral de algumas aplicações, como o Mapa Digital da Cidade (MDC) para download²;

¹ http://transparencia.prefeitura.sp.gov.br/administracao/Paginas/cmbd.aspx

² http://downloadfolhasscm.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/index.aspx

- Conclusão da base municipal de dados espaciais, que inclui a criação de uma nova Base Geoespacial (BGEO) e a construção de uma nova base de logradouros (NBL), a partir da compatibilização das principais bases de endereços utilizadas pela Prefeitura (Correios, CADLOG, Sabesp, MDSF e SPTrans) numa base única, possibilitando que todas as secretarias e órgãos públicos trabalhem sobre um mesmo mapa;
- Entrega do sistema GeoSampa, em operação para toda a Prefeitura. Através de uma interface amigável, a plataforma permite o acesso a ferramentas de navegação, pesquisa e o download de informações geográficas, oriundas de várias fontes, organizadas de forma a permitir sua consulta em um único mapa; permite também o acesso a informações técnicas sobre os dados disponíveis (metadados), além de fóruns, novidades, notícias e links;
- Conclusão do Plano de integração das bases, perfis de usuários, regras e procedimentos, e contratação de ferramenta de integração, subsidiários à realização das próximas fases de implementação do SIG-SP.



Plataforma GeoSampa: Mapa Digital da Cidade de São Paulo

1.2. Informes Urbanos e Espaços Produtivos Paulistanos

"Informes Urbanos" e "Espaços Produtivos Paulistanos" são duas publicações realizadas por SMDU com o objetivo de informar o debate em torno dos principais temas e questões da política urbana, dentro da administração e fora dela. São estudos elaborados sobre dados demográficos, sociais, econômicos, de uso do solo, sempre sob a ótica da dimensão territorial, ou seja, da manifestação desses temas no espaço urbano.³

A série "Informes Urbanos" apresenta boletins analíticos produzidos por técnicos de DEINFO e tem como principal objetivo a difusão de informações sobre temas relevantes e atuais na cidade de São Paulo. Nos anos de 2013 e 2014, a série trouxe, entre outras, pautas motivadas por questões que o processo de revisão do Plano Diretor e da Lei de Zoneamento colocava em debate, dentro e fora da Secretaria. Durante este biênio foram produzidos os seguintes títulos: "Área de garagens chega a 50% da área privativa nos novos lançamentos imobiliários"; "Indústria

da Confecção mantém força em São Paulo e concentra 14% dos empregos do País"; "Na cidade de São Paulo quase um terço dos idosos trabalha"; "Persiste a alta desigualdade de Renda no Município"; "Verticalização é sinônimo de adensamento?"; "Zoneamento ajudou a preservar emprego industrial no Município de São Paulo".

A série "Espaços Produtivos Paulistanos" tem como objetivo compreender as principais dinâmicas produtivas e territoriais do município, tendo sido publicados os seguintes estudos: "Setor da moda e indústria da confecção na cidade de São Paulo" e "Tecnologias da informação e comunicação na cidade de São Paulo".

1.3. Dados Abertos

Como parte da agenda da Prefeitura para a construção de um governo aberto, a plataforma Dados Abertos⁴ disponibiliza para o público mais de 4,6 GB de dados sobre a cidade de São Paulo, em formato aberto, permitindo sua reutilização em diversos aplicativos digitais. Através do site é possível fazer o download de bases de dados estatísticos georreferenciados e de bases cartográficas, incluindo o Mapa Digital da Cidade (MDC); todos os arquivos são acompanhados de seus metadados e dicionários de dados.

Em 2014 o acervo de dados municipais foi atualizado e ampliado, incluindo-se entre as informações disponíveis o cadastro dos equipamentos de saúde, o censo escolar de educação básica, os loteamentos irregulares e referências urbanas.

2. Inovação e Modelagens para Estruturação de Projetos

Com o objetivo de aprimorar a estruturação de projetos urbanos a curto e médio prazo, especialmente aqueles que requerem estudos de interface entre desenvolvimento econômico e urbano, visando atestar sua viabilidade, a SP-Urbanismo criou a Superintendência de Estruturação de Projetos.

Os principais produtos desenvolvidos tratam de estudos econômicos, modelos de viabilidade financeira e econômica, laudos de avaliação, diagnóstico da área de intervenção, diretrizes urbanísticas, plano conceitual e desenvolvimento de termos de referência para aprovação de projetos. Para tanto, a superintendência desenvolve análise e sistematização de dados sócio demográficos com diferentes perfis e fontes de consulta, tanto aqueles disponibilizados pelos relatórios sistemáticos de institutos reconhecidos (IBGE, IPEA, SECOVI, SMDU/DEINFO etc.) ou disponibilizados a partir de pesquisas (Revistas Exame, Construção, EMBRAESP, dados setoriais da construção civil etc.), para a construção de cenários sensíveis à análise de transformação urbana e à dinâmica imobiliária. A definição de cenários é subsídio para a implementação de fórmulas de incentivo à produção urbana, conforme certas tipologias e com distribuição territorial, valendo-se dos instrumentos legais disponíveis, alinhada com as diretrizes da política pública conforme o marco regulatório da cidade.

3. Fomento a Pesquisas: Aprimoramento, Inovação e Difusão da Política Urbana

Tendo em vista os esforços de ampliação dos campos de debate e produção da política urbana desenvolvidos pela SMDU, o reconhecimento da importância de se institucionalizar mecanismos de cooperação e de promover parcerias com instituições de ensino e institutos de pesquisas ensejou a iniciativa de criação da Assessoria de Pesquisa Aplicada e Fomento – APAF. A atribuição desta Assessoria, com atuação transversal aos departamentos da Secretaria, é fomentar, estruturar e viabilizar pesquisas com o fim de apoiar a avaliação, o aprimoramento, a inovação e a difusão das técnicas, instrumentos urbanísticos e ações estratégicas para a formulação, implementação e desenvolvimento das políticas públicas e a estruturação dos projetos urbanos.

Nesse sentido, durante os anos de 2013 e 2014, foram realizadas atividades com escopo fundamental de prospectar e focar conteúdos interdepartamentais visando subsidiar o desenho institucional da implementação das políticas públicas e a estruturação dos projetos urbanos. Os resultados alcançados são de três ordens: levantamento e articulação dos objetos de fundamental interesse para o desenvolvimento das pautas da política urbana por meio de contribuições de pesquisas específicas; estruturação de um conjunto de parcerias e cooperações para o seu desenvolvimento; realização de séries de eventos para a promoção do debate público das agendas da política urbana da Secretaria.

3.1. Parcerias e Convênios com instituições de pesquisa

A estruturação de convênios e parcerias para subsidiar o desenvolvimento de pesquisas nos eixos temáticos indicados, corresponde à listagem das instituições parceiras abaixo, ainda que se tratem de cooperações em distintas etapas de seu desenvolvimento:

• IPEA: "Instrumentos para o desenvolvimento urbano em São Paulo: avaliação e inovação"; dentro deste convênio foram realizadas as seguintes pesquisas:

Padrão de concentração de estruturas e perspectivas para a intervenção urbana através dos Eixos de Estruturação da Transformação Urbana.

Aquisição de terras e provisão de habitação de interesse social.

O Projeto de Intervenção Urbana como Articulador das Políticas Públicas para a Implantação dos Eixos de Estruturação da Transformação Urbana.

Integração da Política Fiscal orientada à universalização do Direito à Cidade.

Financiamento da Implantação dos Eixos de Estruturação da Transformação Urbana e recuperação da valorização imobiliária.

Alternativas Institucionais para a implementação dos Eixos de Estruturação da Transformação Urbana.

- Columbia University-Columbia Global Center: "Territórios Vulneráveis: Perspectivas para o Desenvolvimento Urbano, Ambiental, Econômico e Social da Região Sul de São Paulo";
- UNESCO: "Gestão da Informação e do Conhecimento para o Planejamento Urbano Participativo da Cidade de São Paulo";
- FAUUSP: "Residência em Planejamento e Gestão Urbana";
- Instituto Presbiteriano Mackenzie WAT/UNESCO: "Parque Linear do Tiquatira: um estudo sobre desenho urbano e participação dos atores sociais à luz do Plano Diretor Estratégico da Cidade de São Paulo";
- American Planning Association/Instituto Presbiteriano Mackenzie: "Intercâmbios de estudantes e profissionais, de conteúdos e produtos cartográficos, material iconográfico e

textos analíticos produzidos pelos participantes";

- CEPAL: "Colóquios Sulamericanos sobre Cidades Metropolitanas";
- UN-Habitat: "O conceito da Nova Agenda Urbana nos projetos e instrumentos urbanísticos desenvolvidos pela PMSP: estratégias e ações";
- Universidade de Hannover: "Proposal for Hydrophilic Design Research in São Paulo Centro";
- Atelier Ensaios Urbanos instituições de ensino em arquitetura e urbanismo: "Ensaios de Projeto refletindo na lei de zoneamento";
- Ministério das Cidades/UFABC: "Projeto piloto: desenvolvimento de parâmetros urbanos para a Habitação de Interesse Social".

3.2. Investigação de Projetos Urbanos em Desenvolvimento

Os eixos temáticos elencados como prioritários para se tornarem objeto de pesquisas específicas foram:

- Subsídios à estruturação da Política de Terras;
- Apoio ao desenvolvimento de instrumentos para a implementação dos Eixos de Estruturação da Transformação Urbana;
- Desenvolvimento de aspectos urbanos da Política Habitacional;
- Estudos de estratégias de Desenvolvimento Econômico na política urbana;
- Apoio ao aprimoramento do desenho institucional de projetos urbanos na Macroárea de Estruturação Metropolitana.

3.3. Promoção ao Debate e Difusão da Política Urbana

Durante os anos de 2013 e 2014 inúmeros eventos contaram com a colaboração, participação e/ou organização da Secretaria de Desenvolvimento Urbano. Destacam-se abaixo aqueles que tiveram relações diretas ou indiretas com as cooperações em desenvolvimento.

- Elaboração da publicação dos resultados do Atelier "Ensaios Urbanos";
- Elaboração da publicação das Notas Técnicas IPEA e Relatório de pesquisa do convênio IPEA/SMDU;
- Elaboração da apresentação das iniciativas da secretaria em projetos urbanos expostos na Bienal de São Paulo -2013;
- Seminários sobre os resultados parciais e finais da pesquisa do convênio IPEA/ SMDU;
- Seminários e oficinas relativos à cooperação entre SMDU e IAU-USP em curso de pósgraduação – Estudos Urbanos: SP - Novas Linhas de Mobilidade;
- Seminários e Atelier relativos à cooperação entre Instituto Presbiteriano Mackenzie, UNESCO e SMDU sobre propostas de projeto para a Zona Leste/ Córrego Tiquatira;
- Seminário em conjunto com SMRIF no âmbito da cooperação com a CEPAL;
- Workshop com IABR e participantes da PMSP sobre "Next Economy" em São Paulo;
- Seminário: Fórum Internacional de Espaços Públicos em Medellín;
- Seminário inaugural do Atelier "Ensaios Urbanos", com apresentação e debate dos resultados do concurso;

- Workshop e visitas com IABR e participantes da SP-Urbanismo sobre os projetos Fernão Dias e Entre Rios;
- Seminário em cooperação com Harvard University Urbanismo Ecológico;
- Workshop e seminário com Leibniz University Hannover e convidados da PMSP;
- Seminário Atelier "Ensaios Urbanos", com apresentação e debate das propostas para revisão do Zoneamento;
- Seminário de debate sobre as experiências de projeto nas Bordas da Cidade com a EAFIT/ Medellín;
- Seminário em cooperação com SEL e Sinduscon Legalização de Empreendimentos e o novo PDE;
- Seminário inter-institucional: drenagem urbana e a gestão das águas na cidade de São Paulo;
- Workshop Atelier "Ensaios Urbanos", com apresentação e debate dos resultados do atelier;

4. Ensaios Metodológicos de Projetos Urbanos

O vocabulário técnico do planejamento e da legislação urbana é usualmente um obstáculo para a democratização dos fóruns de participação social e aproximar a população da linguagem do projeto pode significar uma estratégia para representar os conteúdos da política urbana em pauta e promover o seu debate. Para isso, é necessário que se desenvolva um campo de investigação que trate dos conteúdos e da linguagem a ser utilizada nestes processos, ensaiando dinâmicas inovadoras e desenvolvendo metodologias experimentais.

SMDU ensaiou algumas propostas, em diferentes escalas, e com propósitos diversos. A reunião destas experiências começa a compor um conjunto para reflexão sobre as metodologias e resultados alcançados.

4.1. Centro Aberto

A partir do processo *Centro: Dialogo Aberto*, ocorrido em 2013, foi desenvolvida e implantada uma série de projetos-piloto de intervenção em espaços públicos da região central, com o intuito de experimentar novas formas de uso e de gestão destes espaços, resumidas a seguir:

- Desenvolvimento de 4 projetos-piloto de ocupação de espaços públicos da área central (Pátio do Colégio, Largo São Francisco, Largo Paissandu, Avenidas São João e Rio Branco);
- Implantação de 02 projetos pilotos de requalificação do espaço público, junto ao Largo S.
 Francisco e Largo Paisandú, com o objetivo de qualificar e ativar o espaço público e, ao mesmo tempo, identificar as demandas necessárias para a melhoria destas praças;
- Desenvolvimento de estratégias de compatibilização entre ciclovias e áreas pedestrianizadas com o transporte coletivo, implantando soluções de traffic calming ao longo de toda a Avenida São João;
- Desenvolvimento de 14 novos projetos em toda a região central, incluindo a qualificação da nova ciclovia sob o minhocão.



Centro Aberto: Workshop Vale do Anhangabaú

4.2. Território Céu

Para implantar o chamado Território CEU, foi necessário identificar, na vida cotidiana local, o que de fato é legitimado pela população como espaço público de fruição coletiva e individual. Para além de simplesmente estabelecer conexões viárias adequadas aos diferentes modos de mobilidade – pedestres e ciclistas em especial, é imprescindível saber ler no território quais são os pontos notáveis, de encontro, de socialização espontânea entre populações de diferentes faixas etárias e interesses.

As primeiras investigações neste sentido foram realizadas nos Territórios de São Miguel e Pinheirinho d'Água, através da simples leitura coletiva de fotos aéreas e maquetes com a comunidade, especialmente a comunidade escolar.

Porém, em dezembro de 2014, a equipe do Programa Território CEU realizou a primeira imersão no Território do Parque Novo Mundo, com o intuito de registrar, com a comunidade, este mapa afetivo dos territórios de encontros e os modos de fruição dos espaços públicos.

Para tanto, foi realizado o Laboratório Território CEU Novo Mundo, com a participação de todas as equipes de governo local – cultura, educação, assistência social, esportes – articuladas por SMDU.

A realização do Laboratório foi feita pelo LabMóvel, um grupo artístico que trabalha com mídias digitais e diálogos colaborativos, se utilizando de uma Kombi equipada com recursos tecnológicos para a realização de atividades em espaços públicos. Sob a sombra de uma árvore, na rua ou em uma praça, as oficinas contaram com a participação de público abrangido pela divulgação do Laboratório CEU e também com a participação de público espontâneo, que foi surpreendido pela presença do LabMóvel em sua vizinhança. As oficinas foram conduzidas por arte-educadores que, através de atividades pedagógicas e lúdicas, levantaram os anseios e expectativas dos participantes com relação ao Território CEU a ser implantado. Através da

utilização de mapas e da maquete produzida em parceria com o grupo Garagem FabLab (e pelo FabLab – um laboratório de impressão 3D), os arte-educadores promoveram o mapeamento colaborativo do visível (equipamentos sociais, praças, sistema de transporte etc.) e do invisível (possibilidades pedagógicas, espaços de referência e equipamentos que não pertencem tradicionalmente ao universo da educação).

As oficinas foram organizadas por faixa etária: crianças, adolescentes, jovens, adultos, mulheres e idosos. Todo o registro da programação desta semana de imersão no território está acessível na plataforma Gestão Urbana.

O material coletado serviu de base para a definição dos principais pontos de projeto e das rotas de circulação que devem receber a intervenção de melhorias urbanas. Após a elaboração dos projetos, uma nova rodada de diálogos deve ser feita com a comunidade. A implantação das obras do Território deve acontecer simultaneamente à implantação das obras do novo CEU Novo Mundo.





Oficina CEU Novo Mundo / LabMóvel

4.3. MIP Arco Tietê

Para adicionar elementos e informações às diretrizes dispostas no Plano Diretor e produzidas pelo esforço contínuo e permanente dos órgãos da Administração no desenvolvimento urbano do Município foi lançado, em fevereiro de 2013, o Chamamento Público nº 01/2013/SMDU, que teve por objeto a convocação para manifestação de interesse (PMI) na elaboração e apresentação de estudos de transformação urbana da área denominada Arco Tietê.

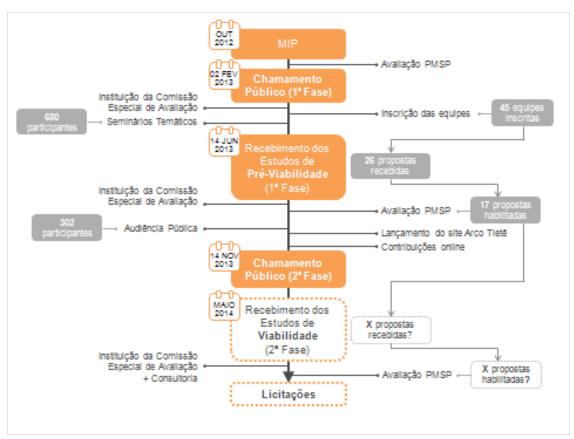
O objetivo da PMI foi a elaboração de estudos técnicos de viabilidade de desenvolvimento urbano do chamado Arco Tietê, com vistas à transformação urbana do perímetro correspondente a uma área total de 6.004 hectares. Para tanto, os interessados deveriam considerar a condição estratégica de tal território, tanto no sentido do espaço intraurbano, quanto no macrometropolitano e regional, a fim de orientar um desenvolvimento urbano mais equilibrado do ponto de vista social, econômico e ambiental para a cidade de São Paulo.

Para o desenvolvimento dos estudos, foram definidos quatro campos prioritários: 1) Econômico; 2) Ambiental; 3) Mobilidade e Acessibilidade; e 4) Habitacional. Os estudos desenvolvidos deveriam apresentar um conjunto de conceitos que demonstrasse a viabilidade da estruturação do Arco Tietê, mediante: A) Modelo Urbanístico; B) Modelagem Jurídica; C) Estudos Econômicos e Modelagem Financeira; e D) Meios de Interação Social e Institucional.

Sob o aspecto metodológico, os trabalhos foram desenvolvidos em duas fases: a de estudos de préviabilidade e de estudos de viabilidade. Na primeira fase, estudos de préviabilidade, o resultado dos trabalhos desenvolvidos foram cenários relativos à viabilidade do Arco Tietê, considerando os quatro setores prioritários, desenvolvidos os elementos estruturantes para a indução da transformação urbana do território e o consequente método de desenvolvimento e articulação

entre estes. Foram, portanto, estudos de caráter conceitual e propositivo, eminentemente de análise do território e proposição de hipóteses de intervenção. Na segunda fase, de estudos de viabilidade, realizou-se o detalhamento e fundamentação dos projetos apresentados na primeira fase, com base em Relatório Resumo produzido pela Administração Pública. Este detalhamento consistiu em desenvolvimento de estudos circunstanciados em levantamentos de informações e dados, análise das diretrizes e demonstração detalhada das modelagens urbanística, jurídica e econômico-financeira propostas, bem como dos meios de interação social e institucional para a sua realização.

O resultado destes trabalhos, por sua vez, irá determinar um conjunto de estratégias que caracteriza o programa de desenvolvimento territorial considerando todo o perímetro do Arco Tietê. Tal programa acata e tende a viabilizar a implantação das diretrizes urbanísticas elencadas pelo PDE para o território em comento, que se insere na denominada Macroárea de Estruturação Metropolitana, e considera os elementos já disponíveis no processo participativo de revisão da lei de zoneamento em curso. Indica, nestes termos, a partir das premissas de parcelamento, uso e ocupação do solo para a região, as estratégias para desenvolvimento das vocações econômicas e das infraestruturas necessárias à transformação urbana, os mecanismos de gestão e financiamento e os instrumentos regulatórios necessários para a viabilidade de cada setor, em diferentes escalas.



Processo de desenvolvimento da MIP Arco Tietê

V. MODERNIZAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA URBANA

Modernizar a forma de implementar a política urbana está estreitamente relacionada à democratização de seus processos decisórios, à possibilidade de controle social de sua execução e à gestão eficiente dos processos internos à administração pública. Em conjunto, estas três ações são capazes de transformar algumas dinâmicas que contribuíram para a exacerbação das desigualdades que se expressam hoje no território da cidade.

Tomada como premissa, esta foi uma das prioridades de SMDU desde o início da gestão. A criação da Assessoria de Participação Popular e Comunicação – APPC, diretamente ligada ao gabinete e transversal às outras áreas da Secretaria, foi um dos primeiros passos para a concretização de um desenho institucional que ampliasse a incidência dos processos democráticos participativos nas decisões sobre as políticas urbanas. Responsável por elaborar metodologias e coordenar processos participativos, a APPC tem tido papel fundamental na construção de um diálogo profícuo entre o poder público e a população. Reforçando esta ação, foram ainda reestruturados e fortalecidos os Conselhos e demais fóruns participativos ligados à SMDU, ampliando-se desta maneira sua representatividade e poder decisório.

O acesso à informação e a qualidade da informação disponibilizada são também fatores que contribuem para ampliar as possibilidades de controle social das políticas urbanas. Assim, dentro do conjunto de iniciativas da Prefeitura no sentido de construir um governo aberto, uma das principais ações de SMDU foi o lançamento da plataforma virtual www.gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br; concebida como um canal de diálogo direto entre o poder público e a população, a plataforma apresenta informações e conteúdos importantes de forma clara, possibilitando ainda o acesso a ferramentas inovadoras de participação online.

Entendendo que o engajamento da população no processo político de construção da cidade passa também pela possibilidade de apropriação do objeto do debate e que, no âmbito do planejamento e do projeto, a linguagem pode representar um grande obstáculo para o diálogo, SMDU empreendeu grande esforço no sentido de tornar a linguagem técnica mais acessível a todos. O *Plano Diretor ilustrado*, publicado apenas sete meses após a sanção do mesmo, apresenta o texto completo da lei através de uma linguagem gráfica que auxilia a leitura do documento e a localização dos assuntos; os principais elementos do PDE foram representados por ícones que possibilitam a tradução de uma série de mecanismos e instrumentos complexos em ilustrações de fácil compreensão. Foram ainda pontuadas ao longo do texto referências a legislações complementares e, ao final do volume, anexados os mapas e quadros subsidiários à interpretação da lei.

A possibilidade de concretização das ações planejadas passa ainda pela gestão eficiente dos processos internos à Secretaria – através da instituição de rotinas e fluxos de trabalho mais eficazes, da qualificação dos quadros técnicos etc. – de forma a ampliar a capacidade institucional da administração pública.

Gestão democrática e processos participativos: Ampliação e Inovação

Trazer o debate público para o momento de formulação e decisão das ações da política urbana foi um dos desafios de SMDU nestes dois anos de gestão.

Apesar de incidirem diretamente no cotidiano da população, a normativa, os planos e projetos urbanos ainda parecem temas muito distantes da maioria das pessoas. De fato, são objetos de difícil apropriação, tanto pela linguagem quanto pelo tempo necessário para que se possam perceber seus resultados. Somam-se ainda a estas razões, os fóruns restritos em que tradicionalmente são debatidas tais questões e a descontinuidade, ou não aplicação, da legislação.

Os processos participativos de formulação das políticas urbanas visam estabelecer uma interface maior com as demandas dos cidadãos refletindo, de certa forma, a correlação de forças entre os diferentes segmentos sociais. No mesmo sentido, a transparência e a ampliação da representatividade permitem maior controle social na gestão dos recursos e das ações públicas, contribuindo para a implementação efetiva daquilo que foi planejado.

Nesse sentido, já no primeiro semestre da gestão foi realizada a 6ª Conferência Municipal da Cidade de São Paulo (entre os dias 31/05/2013 e 01/06/2013) contando com a participação de quase 10 mil representantes da sociedade civil, com o mote "Quem muda a cidade somos nós: Reforma Urbana Já!". O objetivo da conferência, em termos gerais, é o de fomentar a gestão democrática das políticas de desenvolvimento urbano, mobilizando a sociedade brasileira para o estabelecimento de agendas, metas e planos de ação para enfrentar os problemas existentes nas cidades, a partir da participação popular de diversos segmentos para formulação de proposições e realização de avaliações sobre as formas de execução da Política e Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano e suas áreas estratégicas.



6ª Conferência Municipal da Cidade

1.1. Processo participativo na revisão do Marco Regulatório

Novos processos de participação foram instituídos de forma a ampliar o alcance do debate da política urbana para além dos meios formalmente instituídos e das formas tradicionais de participação, estabelecendo canais abertos de diálogo e de formulação. Exemplo disso foram as

oficinas realizadas durante o processo de revisão do Plano Diretor em que foram organizadas mesas de debate com no máximo oito pessoas, possibilitando um diálogo efetivo entre os participantes. Ainda que demandando intensa mobilização da equipe técnica de SMDU para um processo tão pormenorizado de oficinas participativas, o resultado foi bastante positivo – foram feitas mais de 5.000 contribuições através dos diferentes canais de participação para a revisão do Plano Diretor, que contou com oficinas e reuniões presenciais, além de canais de participação remota.

O método de realização das atividades participativas de revisão da Lei de Parcelamento Uso e Ocupação do Solo foi pactuado com o Conselho Municipal de Política Urbana (CMPU) que acompanhou a estruturação das referidas atividades tanto através das reuniões da plenária do conselho, quanto por meio das reuniões da Comissão Interna do Processo Participativo.

Foram realizadas 32 Oficinas Participativas, que se estruturaram como espaços de debate entre os vários segmentos organizados e também cidadãos sem vinculação a organizações sociais, sobre as propostas elaboradas pela PMSP. Com antecedência, foi divulgado eletronicamente o Caderno de Propostas, e em cada audiência oferecido um exemplar para trabalho nos grupos. Além disso, houve recepção de contribuições por formulário eletrônico que, juntamente com as propostas construídas e recepcionadas nas oficinas, compuseram a 1ª versão da Minuta do PL de Revisão da Lei, divulgada em dezembro de 2014.

Em 2014 a Secretaria participou também da organização da proposta preliminar de estruturação da Política e do Sistema de Participação Municipal e hoje compõe o Grupo Intersecretarial de Gestão do Sistema.

1.2. Processo Participativo na Estruturação de Planos e Projetos Urbanos

A transformação de grandes setores da cidade deverá realizar-se por meio de um projeto urbano abrangente que definirá a nova configuração destes perímetros, tanto através de seu redesenho, quanto do ponto de vista da proposição de alterações na regulação urbanística incidente na área. A realização de um projeto urbano destas proporções requer a instituição de uma parceria entre o poder público – no papel de coordenador do processo – e os demais atores sociais envolvidos na intervenção: proprietários, moradores, investidores privados e usuários.

Aqui, novamente, é a participação e o controle social na definição e gestão do projeto que irá garantir que os objetivos da política urbana definida pelo Plano Diretor serão atingidos. Para tanto, SMDU vem realizando, de forma incremental, a democratização e ampliação dos fóruns de participação social nos projetos urbanos de sua competência.

Neste sentido, o processo de revisão da Lei da OUC Água Branca (Lei 11.774/95), contou com uma série de audiências públicas que contribuíram para a construção do novo texto da Lei, promulgada em junho de 2014. Nela, a composição do organismo gestor da Operação foi ampliada e diversificada e, mais importante, foi instituída uma Comissão Eleitoral para coordenar o que viria a ser o primeiro processo de eleição direta para os representantes da sociedade civil deste fórum. Com ampla participação de moradores do perímetro nuclear e expandido da Operação, foram eleitos: 01 representante dos movimentos de moradia da região, 03 representantes de moradores ou trabalhadores do perímetro da OUC e 02 representantes de moradores ou trabalhadores do perímetro expandido da OUC, com seus respectivos suplentes.

Ainda em fase de licenciamento ambiental, o Plano Urbanístico para a Operação Urbana Consorciada Arco Tamanduateí também já caracteriza intensa participação popular em seu desenvolvimento. Uma vez que as alterações na regulamentação das Operações Urbanas estabelecidas pelo novo PDE determinaram a necessidade de se realizarem ajustes nos projetos já contratados, este processo foi visto como uma oportunidade de ampliação do fórum de debate em torno da intervenção proposta para a OUC Arco Tamanduateí.

Assim, além da realização de uma série de "Diálogos Temáticos" com representantes de segmentos organizados da sociedade – movimentos de moradia, ONGs e universidades – para a discussão de propostas de implantação de habitação de interesse social (HIS) e equipamentos sociais dentro do perímetro da Operação Urbana Arco Tamanduateí, SMDU realizou ainda quatro audiências públicas descentralizadas, reunindo mais de seiscentas pessoas nas Subprefeituras da Sé, Mooca, Vila Prudente e Ipiranga, onde foi apresentado o Plano de Intervenção e os estudos que subsidiaram a elaboração do EIA-RIMA da Operação Urbana em questão.

1.3. Processo de gestão democrática dos Órgãos Colegiados

Os conselhos de política urbana são uma das principais formas de participação da sociedade civil nas decisões relativas às questões urbanas. Com atuação independente e forma colegiada, fazem parte da estrutura administrativa de SMDU os seguintes órgãos: o Conselho Municipal de Política Urbana, o Conselho Gestor do Fundo de Desenvolvimento Urbano, a Comissão de Proteção à Paisagem Urbana, a Câmara Técnica de Legislação Urbanística e, mais recentemente, o Conselho Municipal de Patrimônio Imobiliário.

Com o objetivo de reforçar esses canais institucionalizados de participação, foi constituída, logo no início da gestão, a Secretaria Executiva dos Órgãos Colegiados – SEOC, responsável pela modernização e integração da gestão dos mesmos. Uma das primeiras ações de SEOC no sentido de tornar mais efetivas as decisões dos Órgãos Colegiados foi a reestruturação de sua composição e a revisão de seus procedimentos internos, com ênfase na publicização de suas ações.

Em 2014, a SEOC concluiu uma série procedimentos voltados à padronização de tarefas comuns entre os Órgãos Colegiados, entre elas, a utilização de formatação única para todos os documentos, a disponibilização de toda a documentação referente às reuniões (convocações, apresentações e atas) em seu endereço eletrônico e a organização dos arquivos e eliminação de documentação física passível de ser mantida somente em sua versão digital. A fim de garantir maior impessoalidade na execução de algumas funções foram elaborados ainda manuais dos procedimentos padrão de cada órgão. No mesmo ano, foi integrada à SMDU e, portanto, à gestão da SEOC, o Conselho Municipal de Patrimônio Imobiliário – CMPT, tendo sido iniciado o processo para sua adaptação aos procedimentos utilizados pelos demais Órgãos Colegiados da Secretaria.

O Conselho Gestor do Fundo de Desenvolvimento Urbano - FUNDURB

O Fundo de Desenvolvimento Urbano - FUNDURB é administrado por um Conselho Gestor paritário e deliberativo, composto por dez membros titulares e seus suplentes, com mandato de dois anos. É da competência deste Conselho a aprovação do plano de aplicação dos recursos financeiros do Fundo, parte integrante da LOA.

Em 2013, o Conselho Gestor do FUNDURB objetivou uma mudança de paradigma quanto à gestão de seus recursos e à transparência do órgão. Focou-se em discussões de qualidade a respeito da aplicação de seus recursos e em demonstrações claras e transparentes das obras e projetos realizados. Ao longo do ano, o Conselho Gestor reuniu-se seis vezes, sendo duas reuniões extraordinárias e quatro ordinárias.

Ao lado destas ações foram realizados avanços com relação aos procedimentos administrativos do Fundo, como a aprovação, no âmbito de seu Conselho Gestor, de formulário padrão para liberação de recursos, com dados apresentados de forma clara e explicitação dos resultados esperados; foi ainda institucionalizada a apresentação, pelos órgãos executores, do andamento das obras financiadas pelo Fundo, com argüição e participação da sociedade civil em sua apreciação; foram também disponibilizadas no site da SMDU as convocações das reuniões, suas pautas e atas.

Vale destacar aqui que, a Secretaria Executiva do Fundo de Desenvolvimento Urbano deu continuidade à diretriz de transparência do Conselho Gestor, ao divulgar em seu endereço eletrônico, de forma inédita, o valor arrecadado através da Outorga Onerosa do Direito de Construir e o georreferenciamento das obras aprovadas por seu Conselho no Mapa Digital da Cidade.

A Comissão de Proteção à Paisagem Urbana - CPPU

A Comissão de Proteção à Paisagem Urbana, órgão colegiado deliberativo, analisa casos relacionados à aplicação da legislação de anúncios, mobiliário urbano e inserção de elementos na paisagem urbana.

Em 2013, os trabalhos da Comissão foram retomados já a partir da nova composição de seus membros e com a reorganização de sua secretaria executiva. Ao longo do ano, foram realizadas 9 reuniões e analisados 65 processos, tendo sido debatidos sobretudo temas como a realização de eventos culturais e intervenções artísticas (arte pública), em especial o grafite.

Em 2014 a CPPU estabeleceu um ritmo de trabalho constante. Ao todo, foram realizadas 15 reuniões, analisados 179 processos e publicadas duas resoluções normativas, uma sobre comunicação visual de eventos natalinos e outra sobre a inserção dos parklets no espaço público.

A Câmara Técnica de Legislação Urbanística - CTLU

A Câmara Técnica de Legislação Urbanística (CLTU) é responsável por analisar casos não previstos e dirimir dúvidas relativas à aplicação da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo.

O órgão iniciou seus trabalhos em 2013 centrando seus esforços na organização dos fluxos e em dar maior transparência às atividades de sua competência. Com este intuito, buscou mapear os pressupostos legais e procedimentais para a atuação do Plenário da CLTU, verificando as hipóteses em que o órgão é competente para analisar as questões que a ele chegam; identificou os critérios relacionados à instrução dos processos com dados técnicos necessários à apreciação dos pedidos; garantiu a ciência e a assinatura dos membros da Câmara nas atas das reuniões realizadas; exerceu rigoroso controle sobre prazos para a prática de atos administrativos; disponibilizou no site da SMDU informações relativas ao conteúdo das questões submetidas para apreciação, assim como as convocações, os extratos, as atas e as deliberações do órgão; estabeleceu critérios objetivos para adição e retirada de processos da pauta de reunião do plenário, entre outras medidas.

Foram, no ano de 2013, realizadas 10 reuniões ordinárias e 06 extraordinárias, nas quais foram analisados 333 processos, proferidos 292 pronunciamentos, editadas 11 resoluções, emitidos 25 despachos e lavradas 29 certidões de Operações Urbanas.

Em 2014, dando continuidade aos trabalhos iniciados no ano anterior, e visando a amplificação da transparência de suas atividades, a CLTU aumentou o número de informações relativas a seus trabalhos disponibilizadas no site da SMDU. Foram colocados ao alcance da população e do Tribunal de Contas Municipal convocações, extratos e atas referentes às atuações do órgão desde outubro de 2002, diminuindo drasticamente o número de ofícios recebidos, que requeriam tais documentos. Além disso, com a digitalização dos documentos arquivados na Secretaria Executiva relacionados às atividades do Colegiado desde a sua criação, foi possível liberar espaço físico para outros fins, bem como melhorar o modelo de preservação e acondicionamento de tais documentos.

No ano de 2014 foram realizadas 11 Reuniões Ordinárias, 03 Reuniões Extraordinárias, com cerca de 250 deliberações.

O Conselho Municipal de Política Urbana - CMPU

O CMPU foi reestruturado no inicio de 2013 e, desde então, tem participado ativamente do processo de revisão participativa do Marco Regulatório de Política Urbana. Entre 2013 e 2014 foram realizados 29 encontros, média maior do que 1 encontro mensal.

Após debater tanto os conteúdos como a dinâmica do processo participativo de revisão do Plano Diretor Estratégico, foi dado inicio a um conjunto de reuniões com ênfase na revisão do Zoneamento. Para tanto foram constituídas 2 Comissões Internas, além de organizadas reuniões conjuntas com a Câmara Técnica de Legislação Urbanística (CTLU).

O processo da primeira eleição direta dos representantes da sociedade civil do CMPU também foi objeto de pauta. Para tanto foi constituída Comissão Eleitoral Paritária. Outras agendas também foram apresentadas e debatidas, como o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos. Além disso, as informações relacionadas ao CMPU, desde sua instituição, foram sistematizadas e disponibilizadas na internet, ampliando assim a transparência e garantindo o acesso à informação.

1.4. Processo de Comunicação, Transparência e Interfaces Colaborativas

O seminário São Paulo Aberta, realizado em outubro de 2013, inicia formalmente o processo de implementação da agenda *Open Government Partnership* no âmbito municipal. Coloca-se naquele momento, a necessidade de articular e integrar as diversas ações realizadas no sentido de garantir maior transparência, participação social, inovação tecnológica e integridade na implementação das políticas públicas – diretrizes prioritárias para um governo aberto.

De fato, a construção de um governo mais participativo e transparente, que permitisse um maior controle social de suas ações, já estava entre os eixos centrais das ações do Governo desde o início desta gestão.

Entre as iniciativas de SMDU neste sentido vale destacar a criação da plataforma interativa Gestão Urbana, em março de 2013, a primeira com foco específico na ampliação do acesso à informação e na participação popular.



Plataforma Gestão Urbana

Com grande preocupação em criar uma interface amigável que disponibilizasse as informações de interesse público em linguagem clara e acessível, a plataforma Gestão Urbana foi desenvolvida para permitir maior interação entre o poder público e a sociedade, tendo sido também pioneira na disponibilização de ferramentas de participação online. No endereço podem ser encontradas informações sobre projetos em andamento, uma biblioteca onde estão organizados dados, documentos, leis e apresentações, além de notícias, agenda de atividades e da transmissão ao vivo dos principais eventos realizados pela Secretaria. A população vem se apropriando deste canal de forma crescente: no último ano, o número de acessos mensais ao Gestão Urbana passou de 22 mil para 55 mil acessos.

Ainda no sentido de melhorar e ampliar os canais de comunicação e transparência da Secretaria estão entre as iniciativas de SMDU a reorganização e atualização de sua página web, que conta hoje com mais de 130 mil acessos mensais e, o aprimoramento da comunicação interna, através do desenvolvimento de um boletim informativo com as principais notícias das diferentes áreas da Secretaria, enviado com periodicidade regular a todos os servidores da administração direta e indireta.

Além destas, podemos destacar ainda as seguintes ações:

- Desenvolvimento, pela própria SMDU, de aplicativos para celular como, por exemplo, o
 "Olhares Urbanos", que permite o envio de fotografias com exemplos concretos da aplicação
 de parâmetros urbanísticos na cidade, para compor um acervo de referência sobre o tema;
- Desenvolvimento de plataforma de participação para a Minuta Participativa do Zoneamento;
- Padronização do mailing interno com envio semanal e sistematizado;
- Elaboração e manutenção de banco de dados para e-mail Marketing: SMDU conta atualmente com mais de 10 mil e-mails cadastrados;
- Aproximação da relação com a mídia: entre janeiro de 2014 e janeiro de 2015, o número de matérias relativas à SMDU publicadas pela mídia passou de 65 por mês para uma média de 400 por mês;
- Manutenção e ampliação do alcance das redes sociais: O número de seguidores da Secretaria no Facebook passou de 1.500 para 7.600 em apenas 6 meses (junho de 2014 a janeiro de 2015);
- Desenvolvimento de formulários de participação: Solicitação do PDE Ilustrado, Formulário de propostas para o Zoneamento e Formulário de inscrição no Concurso de vídeos.

Política de Terras: Implementação integrada ao desenvolvimento urbano

A estruturação de uma política de terras municipal é um dos primeiros passos para a construção de uma cidade mais justa e igualitária. De fato, as grandes distorções expressas no território e suas conseqüências – sociais, econômicas etc. – demonstram que um dos aspectos centrais para a viabilização das políticas públicas de desenvolvimento urbano é a garantia da função social da propriedade.

A criação do Departamento de Controle da Função Social da Propriedade (DCFSP) no âmbito de SMDU (Lei 15.764/2013) foi estratégica para a efetivação de uma política urbana comprometida com a redução das desigualdades socioterritoriais.

No mesmo sentido, a transferência do Departamento de Gestão do Patrimônio Imobiliário (DGPI) de SEMPLA para SMDU tem como objetivo garantir que o uso das áreas públicas municipais seja condizente com os interesses da sociedade e com as diretrizes da política de desenvolvimento

urbano proposta pelo Plano Diretor. Para tanto, as ações estratégicas que estão no horizonte de DGPI para 2015 pretendem criar as bases para a estruturação do que virá a ser o Sistema de Gestão do Patrimônio Imobiliário Municipal.

A transferência de DGPI para SMDU permitiu ainda maior autonomia à Secretaria para a realização de uma de suas competências, qual seja, o desenvolvimento de políticas e planos que exijam a articulação de ações setoriais.

2.1. Controle da Função Social da Propriedade

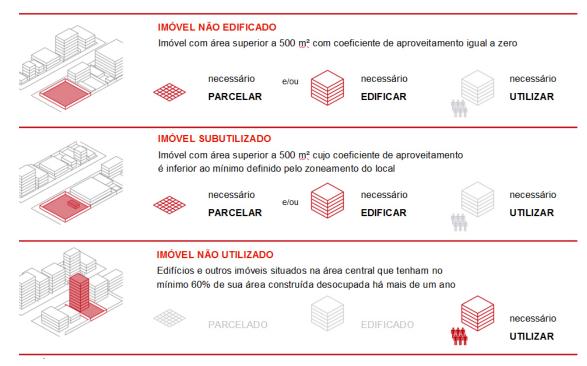
O Departamento de Controle da Função Social da Propriedade – DCFSP foi instituído no âmbito da SMDU pela Lei Municipal 15.764, sancionada em Maio de 2013. Sua atribuição precípua é a de estruturar e coordenar a aplicação dos instrumentos de Parcelamento, Edificação e Utilização Compulsórios (PEUC) e seus sucedâneos (IPTU Progressivo no Tempo, Desapropriação, Sanção). Com base num vasto marco normativo, que parte da Constituição Federal de 1988 (Art.182), passa pelo Estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257/2001), pelo Plano Diretor de 2002, revisto em 2014 e, finalmente, por lei municipal específica (Lei 15.234/2010), o objetivo do DCFSP, em articulação com os demais departamentos da SMDU e de outros órgãos municipais, é o de combater a ociosidade de imóveis nas regiões da cidade dotadas de infraestrutura aptas a sustentar usos em conformidade com a função social da propriedade. Exigir tais usos implica um procedimento formal que tem início com a identificação dos imóveis, para posterior notificação dos proprietários, estabelecendo-se prazos, sanções e demais mecanismos de aplicação dos instrumentos.

A estruturação de DCFSP exigiu a formação e capacitação de sua equipe técnica, além da definição dos procedimentos e fluxos internos ao Departamento. A partir destas primeiras medidas foram planejadas as ações de curto prazo, com ênfase na definição e construção de ferramentas para o monitoramento dos processos na etapa posterior à entrega das notificações aos proprietários de imóveis avaliados como ociosos.

O subsídio à identificação dos imóveis ociosos foi dado, num primeiro momento, pela análise e consolidação de pesquisas, levantamentos e bancos de dados já desenvolvidos acerca da subtilização – em sentido amplo – de imóveis na região central do município. Este banco de dados inicial vem sendo aprimorado por meio de informações extraídas dos dados de empresas concessionárias de serviços públicos, como a Comgás e a Eletropaulo, considerandose a interrupção no fornecimento dos serviços como um indicativo da ociosidade do imóvel. A formalização de convênios de cooperação entre SMDU e estas instituições e, ainda, com a Associação dos Registradores Imobiliários de São Paulo – que permitiu ao DCFSP a consulta on-line das matrículas dos imóveis pesquisados – vem contribuindo para a consolidação de um banco de dados fundamental para a estruturação de uma política fundiária que garanta a função social da propriedade. Neste sentido, está ainda em andamento a viabilização do Sistema da Função Social, que pretende reunir e integrar as informações corporativas da Prefeitura de São Paulo para controle e gerenciamento dos imóveis analisados, assim como das vistorias técnicas realizadas.

Em 2014, além da regulamentação do instrumento de Parcelamento, Edificação e Utilização Compulsórios nos termos do novo PDE (Decreto nº 55.638/14), e da publicação da Portaria de Atendimento aos Proprietários Notificados nº 106/2014, DCFSP estruturou os procedimentos internos para instrução dos Processos Administrativos e, com relação ao primeiro bloco de imóveis analisados, foram identificados 142 imóveis com indícios de ociosidade que, após passarem por cadastramento, análise documental de dados e vistoria, que instruíram os respectivos processos administrativos, geraram um total de 77 notificações. Destas, 05 proprietários comprovaram o cumprimento da obrigação, 41 apresentaram impugnação, sendo 04 deferidas, 12 indeferidas e 25 em análise.

A intenção do Departamento é realizar a análise de cerca de 2.000 imóveis até 2016. O segundo bloco conta com um total de 334 imóveis tendo sido iniciado seu processo de cadastramento e notificação em dezembro de 2014.



PDE Ilustrado: Diagrama explicativo sobre Parcelamento, Edificação e Uso Compulsório (PEUC)

2.2. Gestão do Patrimônio Imobiliário Público

Em fevereiro de 2014, o Departamento de Gestão do Patrimônio Imobiliário - DGPI, até então integrado à SEMPLA, passou a fazer parte da estrutura administrativa de SMDU. Tal medida objetivou um suporte maior às políticas urbanas (de uso e ocupação do solo, mas também as setoriais, como drenagem, mobilidade etc.) e sociais (educação, saúde etc.), alinhando procedimentos e prioridades relacionados ao Plano de Metas do Governo.

No ano de 2014 foram levantadas as necessidades intrínsecas para uma reorganização do Departamento, bem como, as alterações indispensáveis em função de seu reposicionamento na PMSP. Foi, portanto, um ano de planejamento das ações estratégicas para o próximo biênio, de forma a elevar o grau de efetividade e integração das ações de DGPI nas políticas de SMDU e da Prefeitura como um todo.

A reestruturação do Departamento se deu a partir do horizonte de implementação de dois projetos, formulados no âmbito do Programa de Modernização Administrativa e Tributária (PMAT) do Governo Federal e financiados pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT); negociados em 2014 e com previsão de início em princípios de 2015, são eles:

- Digitalização do acervo documental do conjunto das áreas públicas municipais tornando mais ágil sua consulta e possibilitando a disponibilização para consulta pública de uma série de informações referentes a esse acervo, tais como, documentos, plantas, croquis e localização (georreferenciada e vetorizada) das áreas públicas municipais.
- Implantação do Sistema de Gestão do Patrimônio Imobiliário Público, visando dar início ao Cadastro Técnico Multifinalitário das áreas públicas municipais, com vistas à sua melhor gestão e controle, atendendo ao novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), e servindo de ferramenta ao Plano de Gestão das Áreas Públicas, previsto no artigo 307 do Plano Diretor Estratégico.

Nos meses de outubro e dezembro de 2014, DGPI realizou o planejamento estratégico de suas ações para o próximo biênio. Para tanto, contou com a contribuição de diversas áreas da Administração Municipal: SNJ/DESAP, SNJ/DEMAP, SIURB/EDIF, além de todos os departamentos de SMDU. Tendo como ponto de partida os projetos citados, o planejamento tratou também de melhorias no ambiente de trabalho do Departamento e de temas importantes como a capacitação de outras áreas da Administração para a realização da avaliação de imóveis, entre outras questões.

3. Gestão das Operações Urbanas: Integração na Política Municipal

A gestão das Operações Urbanas tem sido objeto de uma série de investimentos para a sua modernização e aprimoramento, que, inicialmente, entre 2013-2014, se voltou ao levantamento de ações necessárias a integração e compatibilização das intervenções em Operações Urbanas e nos demais projetos previstos nos distintos setores da Macroárea de Estruturação Metropolitana. O principal resultado dessa atividade se manifesta na revisão do marco regulatório, no que tange as Operações Urbanas. Ademais, com relação a cada Operação Urbana em andamento, as atividades realizadas se resumem em:

Operação Urbana Consorciada Faria Lima - OUCFL

• Estruturação do programa de obras e dos recursos disponíveis com garantia de promoção de habitação de interesse social (HIS) e qualificação do espaço público, inclusive com o desenvolvimento de um projeto de requalificação para o corredor Santo Amaro, a ser implantado a partir das premissas qualitativas apontadas pela Lei 16.050/14 (PDE). Proposta de um projeto de lei de ajuste da OUCFL a fim de incluir um eixo de estruturação na Avenida Santo Amaro.

Operação Urbana Consorciada Água Espraiada - OUCAE

 Foi realizada a compatibilização de alguns projetos e a revisão do Plano Chucri Zaidan, do que derivou um Projeto de Lei para melhoria dos espaços públicos no âmbito da Operação Urbana.

Operação Urbana Consorciada Água Branca - OUCAB

• No ano de 2014 foi efetivada a regulamentação da legislação específica da OUC Água Branca através de decreto municipal; realizou-se a formação do Grupo Gestor da OUC, com eleição direta para representante de moradores e a definição das prioridades de intervenção e de execução da infraestrutura. Foram elaborados os estudos econômicos para esta OUC, sobre o qual a Câmara de Valores Mobiliários – CVM autorizou a emissão dos CEPACs correspondentes. Concomitantemente foi desenvolvido o Termo de Referência para o projeto de urbanização do subsetor A1 e o projeto básico da ponte Raimundo Pereira de Magalhães.

4. Gestão Interna e Melhoria dos Processos de Trabalho

Cabe à Coordenadoria de Administração e Finanças – CAF a gestão do quadro de funcionários de SMDU; é ainda de sua competência, a gestão dos recursos orçamentários e financeiros, dos contratos e convênios e dos bens imóveis da Secretaria.

A gestão eficiente das condições, relações e processos de trabalho é uma das premissas para a ampliação da capacidade institucional da administração pública e CAF tem trabalhado intensamente neste sentido.

Entre suas principais realizações no primeiro ano desta gestão vale destacar:

- A organização dos quadros da Secretaria que, com o advento da Lei Municipal n. 15.764/2013, que exigiu uma reorganização estrutural de servidores e a criação de um novo departamento, gerando 182 processos de nomeação, exoneração e remoção.
- A renovação dos equipamentos e recursos de informática, passando-se de um déficit de computadores de trabalho e notebooks antigos e desatualizados para uma situação em que cada departamento está dotado de notebooks e de estações de trabalho para cada servidor. Além disso, foi ampliada a capacidade do parque de impressoras locadas, reduzindo-se a prestação de serviço de reprografia.
- A realização de ações voltadas à capacitação profissional da equipe de SMDU, através da identificação de potenciais parceiros na realização de cursos.
- A reestruturação do auditório no 10° andar do edifício Martinelli, permitindo que a Secretaria ampliasse sua capacidade de trabalho e integrasse equipes no 18° andar. A integração deste auditório com o auditório de SP-Urbanismo no mesmo andar abriu espaço para oficinas de projeto, laboratórios como espaço de proposição e encontros técnicos de equipes internas e externas para debater e propor questões sobre o desenvolvimento urbano da cidade.
- A realização de estudos sistemáticos sobre os contratos de suporte em andamento na Pasta, o que possibilitou o desempenho de valores e utilização inteligente dos recursos - contratos foram reduzidos sem o comprometimento dos serviços prestados.

No campo orçamentário, o constante olhar crítico sobre a evolução orçamentária e financeira permitiu que a Pasta atingisse de forma saudável a execução total dos recursos financeiros disponibilizados no orçamento municipal.

Em dezembro de 2013 SMDU contava com 165 servidores e 61 estagiários. A transferência de titularidade do Departamento de Gestão do Patrimônio Imobiliário – DGPI de SEMPLA para a SMDU, através do Decreto Municipal nº 54.888/2014, originou novas competências a esta Secretaria. À CAF decorreu uma série de desdobramentos, tais como, o aumento no volume de trabalho e fluxo de documentos, a incorporação funcional dos 67 servidores e 11 estagiários, a ampliação dos contratos administrativos para suporte e cobertura de serviços ao DGPI.

Embora a transferência do DGPI tenha demandado esforços intensos para o aperfeiçoamento dos procedimentos internos e dos processos de gestão estratégica de trabalho, tais avanços resultaram da implantação de um planejamento bem estruturado, destacando-se as seguintes ações:

- O setor do protocolo aprimorou a logística de entregas e saídas dos documentos, e seu
 controle, com nova equipe de trabalho e com o suporte do serviço de motofrete; investiu-se
 também em capacitação, ampliando a quantidade de servidores para gerenciamento dos
 sistemas de documentos e publicação;
- A criação do setor de Compras e Licitações e a capacitação de servidores, o que permitiu um aumento das atividades possibilitando a realização de diversas licitações no decorrer do ano e a adesão ao sistema eletrônico de compras governamentais. Para efeitos de comparação,

em 2012 houve uma licitação (pregão presencial), em 2013, 5 licitações (04 pregões presenciais e 01 concorrência) e em 2014, 16 licitações (01 pregão presencial, 05 pregões eletrônicos, 09 concorrências e 01 carta convite), além de diversas cotações eletrônicas e aquisições por dispensa de licitação;

- A implementação de controle e gestão eficiente dos contratos administrativos, a fim de evitar solução de descontinuidade nos serviços necessários ao funcionamento desta Pasta, bem como elaboração de proposta orçamentária para Secretaria levando-se em consideração a execução orçamentária apresentada no histórico da Gestão como os projetos e o programa de metas que dizem respeito à Secretaria;
- A administração dos recursos financeiros desta Pasta em 2014 atingiu praticamente 100% de execução orçamentária, restando não executado somente aquela parte congelada do orçamento por contingenciamento do Órgão Central;
- As readequações na sala de atendimento ao munícipe no 10º andar, e em salas de reuniões e no refeitório, com a instalação de ventiladores e mudanças estruturais otimizando espaços e a qualidade dos ambientes;
- A digitalização do acervo de mapas e documentos relativos aos planos de zoneamentos anteriores à Lei Municipal nº 13.885, com mapas e metadados a serem disponibilizados futuramente ao munícipe;
- O aprimoramento dos recursos de tecnologia de informação por meio da renovação dos switches, que permitiram a adoção completa da solução de voz sobre IP, eliminando a energização dos telefones digitais pela rede elétrica.

Em dezembro de 2014, após a transferência de DGPI, a SMDU contava com 250 servidores e 72 estagiários. Certamente as mudanças e o empenho na modernização e melhoria dos processos de trabalho trouxeram maior controle e agilidade no atendimento ao munícipe e a melhoria da gestão interna das atividades meio desta Secretaria.



